

MPRA

Munich Personal RePEc Archive

# Growth Diagnostic of Cape Verdean Economy

BRITO, JOÃO ANTONIO

January 2014

Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/63407/>  
MPRA Paper No. 63407, posted 05 Apr 2015 13:26 UTC

# Diagnóstico do Crescimento da Economia Cabo-verdiana

João António Furtado Brito<sup>1</sup>

Janeiro, 2014

---

## ABSTRACT

*This article uses the HRV model proposed by Hausmann, Rodrik and Velasco (2005) to conduct a growth diagnosis of Cape Verde's economy. The real per capita GDP in Cape Verde rose from US\$ 806 in 1970 to US\$ 2.830 in 2011, representing an average annual rate of growth of 3.3%. The service sector is the main driver of the economy in Cape Verde. The Cape Verdean economy is heavily dependent on foreign capital and, despite considerable economic growth, the unemployment rate remains high and public debt is high. The main factors identified as a barrier to investment/growth in Cape Verde were: poor financial intermediation, poor infrastructure, high costs on flights across islands and strong deviation between market needs and the areas of human capital formation. Government policies should be aimed at overcoming these constraints.*

*JEL Classification: O40, O55*

*Keywords: Diagnosis of Growth, Model HRV, Small African countries, Cape Verde.*

## RESUMO

*Este artigo utiliza o modelo HRV proposto por Hausmann, Rodrik e Velasco (2005) para fazer um diagnóstico da economia Cabo-verdiana. O PIB per capita real em Cabo Verde passou de US\$806 em 1970, para US\$2,830 em 2011, o que representa uma taxa média anual de crescimento de 3,3%. O setor dos serviços é o principal impulsionador da economia em Cabo Verde. A economia cabo-verdiana está fortemente dependente do capital externo e, apesar do crescimento económico considerável, a taxa de desemprego permanece alta e a dívida pública é elevada. Os principais fatores identificados como barreira ao investimento/crescimento em Cabo Verde foram: fraca intermediação financeira, infraestruturas deficientes, altos custos nas ligações entre as ilhas e forte desvio entre as necessidades do mercado e as áreas de formação do capital humano. As políticas do governo devem ser no sentido de ultrapassar estes constrangimentos.*

*Códigos JEL: O40, O55.*

*Palavras-chave: Diagnóstico do Crescimento, Modelo HRV, Países Pequenos Africanos, Cabo Verde.*

---

## 1 – INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos o exercício do diagnóstico de crescimento da economia Cabo-verdiana. Fazemos uma análise dos principais fatores que impulsionaram o crescimento económico em Cabo Verde, no período 1970-2011, e também identificámos os principais

---

<sup>1</sup> Student in the PhD Programme in Economics at Faculty of Economics of University of Coimbra (FEUC) and School of Economics and Management of University of Minho (EEG\_UM). Contact: e-mail: [litosbrito@hotmail.com](mailto:litosbrito@hotmail.com).

obstáculos ao investimento/crescimento, de modo a sugerir políticas para ultrapassar estas barreiras. Recorremos ao modelo Hausmann, Rodrik e Velasco (HRV) desenvolvido por Hausmann, Rodrik e Velasco (2005) para fazer o *Growth Diagnostic* da economia cabo-verdiana.

Com o estudo, constatámos que a evolução da economia cabo-verdiana é fortemente condicionada pelas características geográficas do país, escassez de recursos naturais e influxos de capitais externos. Por outro lado, não conseguimos apontar a principal barreira ao crescimento económico, mas identificámos vários fatores que têm dificultado os investimentos, como a fraca intermediação financeira (que traduz num elevado custo financeiro), deficientes infraestruturas marítimas, altos custos nas ligações entre as ilhas, ineficiente fornecimento de energia elétrica e forte desvio entre as necessidades de capital humano e as áreas de formação do ensino secundário e terciário. Assim, as políticas do Governo devem ser direcionadas no sentido de ultrapassar estas barreiras.

A estrutura seguida neste trabalho é o seguinte: no segundo capítulo é descrito a evolução da economia cabo-verdiana no período 1970-2011, e é abordado de modo mais específico algumas variáveis como exportações, dívida externa e capitais externos (IDE, remessas dos trabalhadores e ajuda e assistência ao desenvolvimento); no terceiro capítulo é aplicado o modelo HRV à economia Cabo-verdiana; e, no quarto capítulo está a conclusão do trabalho e algumas sugestões de políticas para ajudar a ultrapassar as barreiras identificadas.

## **2 – DINÂMICA DE CRESCIMENTO DA ECONÓMICA CABO-VERDIANA**

### **2.1 – Considerações introdutórias**

Cabo Verde com PIB *per capita* (PPC, 2005) de US\$3.616, em 2011, foi o 116º país com maior valor, num total 172 países a nível mundial (com dados disponíveis em 2011), e o 16º em relação ao continente Africano.<sup>1</sup> As posições do PIB *per capita* (PPC, 2005) a nível mundial dos outros países pequenos Africanos usados neste estudo para comparar com a economia cabo-verdiana são: Guiné Equatorial 23ª (US\$32.026), Seychelles 35ª (US\$23.172), Ilhas Maurícias 63ª (US\$12.737), Suazilândia 97ª (US\$5.349), Djibuti 134ª (US\$2.087, valor de 2009), Gâmbia 139ª (US\$1.873), S.T. Príncipe 140ª (US\$1.805), Lesoto 146ª (US\$1.504), Guiné-Bissau 155ª (US\$1.097) e Cômoros 159ª (US\$980). Os valores médios do PIB *per capita* de alguns grupos de países dos quais Cabo Verde faz parte, e que foram usados para fazer comparações, são: África Subsariana (US\$2.073), Países de Rendimento Médio (US\$6.232), Países Pequenos (US\$7.751) e a média Mundial (US\$10.061).<sup>2</sup>

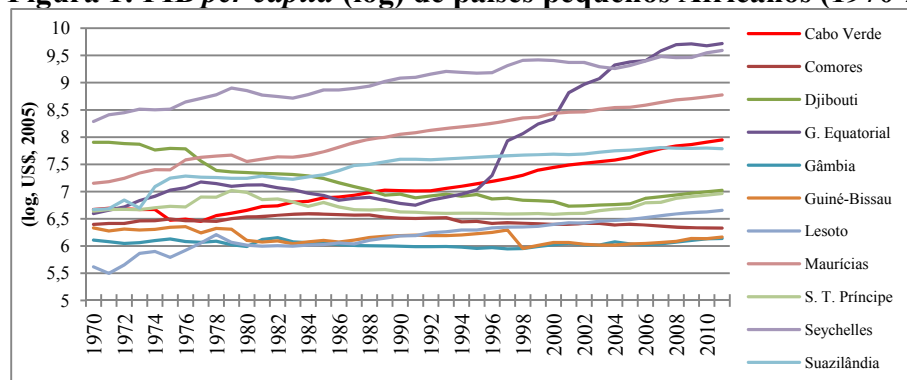
O crescimento económico de longo prazo em Cabo Verde é satisfatório, comparativamente aos outros países pequenos Africanos (ver a figura 1), ou seja, em 2011 Cabo Verde ultrapassou todos os países que em 1970 tinham, praticamente, o mesmo nível do PIB *per capita*, com exceção da Guiné Equatorial (o seu crescimento explosivo nas últimas duas décadas deve-se à descoberta e exploração de petróleo). Comparando o nível de PIB *per capita* em 2011 em relação ao nível de 1970, Cabo Verde está 3,6 vezes mais rico. A melhor performance é da Guiné Equatorial (22,7), seguidas das Ilhas Maurícias (5,1), Seychelles (3,7) e na última posição está Djibuti (0,4).

---

<sup>1</sup> Fonte de dados: Banco Mundial – World Development Indicators.

<sup>2</sup> O grupo de Países de Rendimento Médio inclui os países com Rendimento Nacional Bruto *per capita*, em 2010, compreendido entre US\$ 1.006 e US\$12.275. O grupo de Países Pequenos inclui os países com população inferior a 1,5 milhões de habitantes. Seguimos a classificação do Banco Mundial.

**Figura 1: PIB *per capita* (log) de países pequenos Africanos (1970-2011)**



Fonte: UNCTAD

Em 2011, o PIB *per capita* em Cabo Verde foi superior à média do grupo de países da África Subsariana e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), apesar de em 1970 os valores eram semelhantes. Em 1970 o PIB *per capita* de Países Pequenos Ilhas em Desenvolvimento (sigla em Inglês SIDS – *Small Island Developing States*) e a média Mundial eram 3,5 e 5,3 vezes superiores ao de Cabo Verde, mas a diferença reduziu-se e em 2011 passou para 1,3 e 2,7, respetivamente.<sup>3</sup>

O nível de crescimento do PIB *per capita* em Cabo Verde tem sido notório, no entanto, temos que verificar a distribuição do rendimento pela sociedade. Considerando o índice Gini, Cabo Verde (43,82 em 2008) está numa posição intermédia em relação aos outros países pequenos Africanos, ou seja, ocupa a 5ª posição, numa escala que varia entre a Guiné-Bissau com o menor valor (33,87 em 2010) do índice, ou seja, o país com menor desigualdade na distribuição de rendimentos, e o Seychelles com o índice mais elevado (65,77 em 2007).

Segundo os dados da INE (QUIBB, 2007), a população a viver abaixo do limiar da pobreza em Cabo Verde aumentou de 30,2% em 1988 para 36,7% em 2001.<sup>4</sup> A pobreza extrema também aumentou de 14% para 20,5% da população. Para dados de 2007, houve uma redução para 26,6% de população a viver no limiar da pobreza.<sup>5</sup> Em relação aos outros países pequenos Africanos, Cabo Verde (21,0%) é o segundo com menor percentagem da população a viver com menos de US\$1,25 (PPC) por dia. A média cabo-verdiana é inferior a média dos PRMB (30,8%).

## 2.2 – Evolução e decomposição do crescimento económico

O PIB real (US\$, 2005) em Cabo Verde cresceu à taxa média anual de 4,79% no período 1971-2010. O valor mínimo é observado em 1975, decréscimo de -16,91%, e o máximo em 1999, crescimento de 11,86%.

<sup>3</sup> O grupo SIDS – *Small Island Developing States* é o definido pela UNCTAD. Inclui os países: Antiga e Barbuda, Ilhas Marshall, Bahamas, Ilhas Maurícias, Barbados, Grenada, Micronésia F. S., Palau, Cabo Verde, Samoa, Comores, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Nauru, Dominica, Ilhas Salomão, São Cristóvão e Neves, Fiji, Sta. Lúcia, São Vicente e Granadinas, Timor-Leste, Tonga, Jamaica, Trindade e Tobago, Kiribati, Tuvalu, Vanuatu e Maldivas.

<sup>4</sup> Em 1988 o rendimento *per capita* anual de CVE 26.000\$00 (equivale €236) – Pobre; e CVE 18.000\$00 (equivale €163) – Pobreza extrema. Em 2001 o rendimento *per capita* anual de CVE 43.250\$00 (equivale €392) – Pobre; e CVE 28.833\$00 (equivale €261) – Pobreza extrema.

<sup>5</sup> Em 2007 o rendimento *per capita* anual de CVE 49.485\$00 (equivale €449) – Pobre.

## 2.2.1 – Evolução do PIB: ótica das despesas

Na figura 2 verificamos que o comportamento do PIB no período 1971-2010 é explicado, na ótica das despesas internas, em grande parte, pelo consumo das famílias, que cresceu à taxa média anual real de 4,64% e com peso médio anual no PIB de 77%. O forte crescimento nas despesas internas não se traduziu em crescimentos substanciais no PIB, visto que, grande parte dos bens consumidos é importada. As taxas médias anuais de crescimento das exportações e importações foram de 6,2% e 5,6%, e com pesos médios anuais no PIB de 18,9% e 55,8%, respetivamente. As análises seguintes são feitas por décadas. (Usamos como fonte de dados: Banco Mundial, 1985; World Development Indicators; Relatórios e contas do BCV, 1985, 1999 a 2012c; III Plano de Fomento; IV Plano de Fomento; I PND; II PND; III PND; PND, 2002-2005; Programa do Governo para VII Legislatura, 2006-2011).

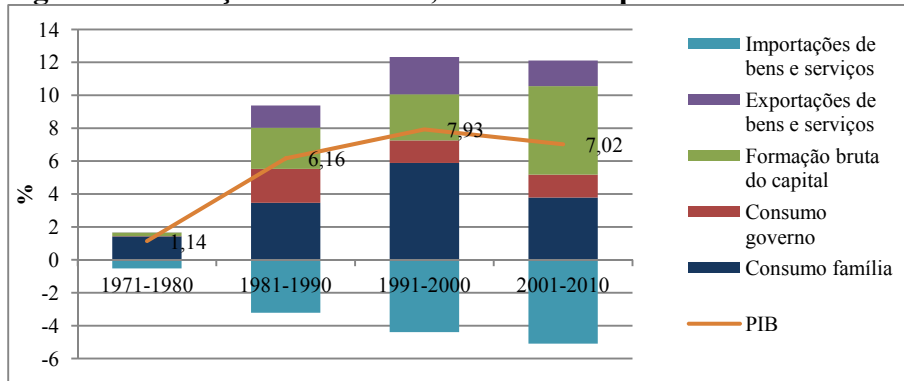
**Década 1971-1980** – É o período de menor crescimento do PIB real em Cabo Verde, com taxa média anual de 1,14%. No período 1972-1977 há um fraco crescimento do PIB real, que pode estar ligado à luta armada pela independência e a transição política (entre 1975 e 1980, Cabo Verde e Guiné-Bissau foram governados de forma conjunta).

**Década 1981-1990** – A taxa do crescimento médio anual do PIB real foi de 6,16%. O consumo do governo foi a parcela com maior taxa de crescimento (média anual real de 9%). Este comportamento deve-se ao aumento do número de empresas públicas e mistas, institutos públicos, serviços autónomos e serviço da dívida. O crescimento da formação bruta do capital foi significativa (taxa média anual de 6%), justificado, em parte, pelas obras no aeroporto da Ilha do Sal e no estaleiro de reparação naval na Ilha de São Vicente. As exportações cresceram à taxa média anual de 6,6%, graças aos serviços ligados aos transportes aéreos. As importações cresceram à taxa média anual real de 5,8%, influenciadas pelo dinamismo do consumo interno.

**Década 1991-2000** – O crescimento médio anual do PIB real foi de 7,93%. As exportações foram a componente com maior crescimento (taxa média anual de 11%). Este maior crescimento deve-se às empresas francas que se instalaram em Cabo Verde (exportações de produtos manufaturados - calçados e confeções) e à expansão do setor do turismo e dos serviços ligados ao transporte aéreo e marítimo. O consumo das famílias é a parcela com maior peso no PIB (80%) e cresceu à taxa média anual real de 7,3%, motivado pelo reforço de confiança no sector privado, aumento do rendimento disponível (aumento dos salários reais com a estabilidade dos preços) e diminuição nas taxas de juro reais. O menor crescimento no consumo do governo (6%) em relação à década passada, está associado às políticas de contenção, com o objetivo de estabelecer equilíbrio monetário, orçamental, fiscal e cambial, e aumentar as reservas externas. A formação bruta do capital com crescimento média anual de 5,8% foi o componente com menor crescimento.

**Década 2001-2010** – O PIB real cresceu à taxa média anual de 7,02%. A formação bruta de capital é o componente com maior taxa de crescimento médio anual, 12,3%, fruto da maior entrada do IDE e dos investimentos públicos em infraestruturas, bens e equipamentos e material de transporte. As exportações cresceram à taxa média anual de 7%. Este nível de crescimento nas exportações é explicado pela evolução favorável do sector do turismo, serviços ligado ao tráfego aéreo e produtos da pesca. As importações cresceram à taxa média anual real de 8,2%, justificado pela dinâmica do crescimento da economia nacional (bens intermédio e de capital em virtude da infraestruturação do país, serviços de comunicação, informáticos, empresariais e técnicos).

**Figura 2: Evolução do PIB real, ótica das despesas**



Fonte: UN

### 2.2.2 – Evolução do PIB: ótica da produção

Analisando o PIB na ótica da produção (ver a figura 3), mais concretamente o Valor Acrescentado Bruto (VAB), no período 1971-2010, o setor terciário é o que tem maior contributo no crescimento do VAB, cresceu à taxa média anual real de 5,4% e com peso médio anual no VAB de 65,5%, seguido do setor secundário e do primário, com taxas médias anuais de crescimento de 4,9% e 2,8%, e pesos médios anuais de 17,5% e 17% do VAB, respetivamente. (Usamos as mesmas fontes de dados do subcapítulo anterior).

**Década 1971-1980** – O VAB cresceu à taxa média anual real de 1,18%. O setor com maior taxa média anual de crescimento real foi o agrícola (3,7%), apesar de apenas 10% da superfície cabo-verdiana ser arável e praticava-se uma agricultura de subsistência, em condições ecológicas desfavoráveis e que foi fortemente afetada pela seca que assolava o país desde 1968. O fraco desempenho do setor produtivo está associado ao facto de a administração Colonial ter deixado Cabo Verde com alta taxa de analfabetismo (cerca de 50%), fraco aparelho produtivo, infraestruturas económicas praticamente inexistentes, alta taxa de subutilização da força de trabalho (60%) e nível de satisfação das necessidades básicas bastante baixo (I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND – 1982-1985). Em 1977 houve instauração da zona económica exclusiva para 200 milhas, mas em termos práticos, isto não se traduziu num aumento significativo de captura de peixes, uma vez que apenas 20% do total da área era explorada, contudo há maior diversificação do pescado, estendendo para outras espécies mais valiosas (crustáceos e moluscos).

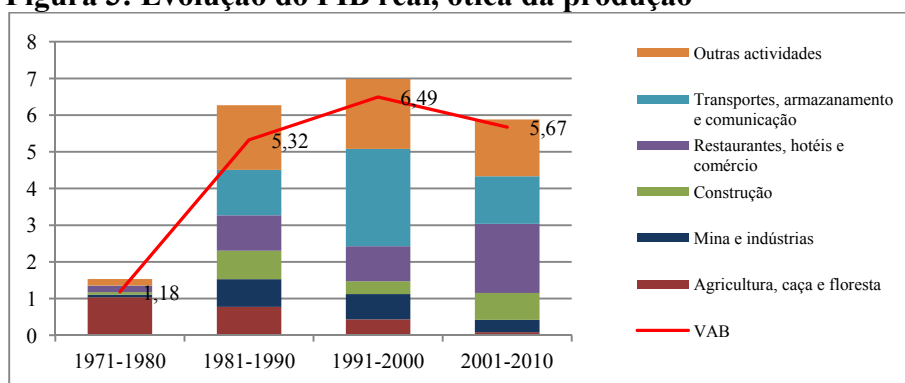
**Década 1981-1990** – O VAB cresceu à taxa média anual real de 5,32%. O setor industrial apresentou a maior taxa média anual de crescimento (9,8%) seguido do setor dos transportes e comunicações (8,9%). O crescimento do setor industrial esteve associado aos investimentos feitos, principalmente, pelo governo no seguimento da política de industrialização para substituição das importações. O nível de crescimento no ramo dos transportes e comunicações deve-se aos investimentos realizados (aeroporto do Sal e estaleiro de reparação naval em São Vicente), que permitiram maior prestação de serviços ligados ao tráfego aéreo e marítimo.

**Década 1991-2000** – O VAB cresceu à taxa média anual real de 6,49%. O setor com maior taxa média anual de crescimento foi transportes e comunicações (12,8%). O aumento do turismo e da prestação de serviços ligado ao tráfego aéreo foram os principais impulsionadores deste nível de crescimento. O setor industrial cresceu à taxa média anual de 7,8%, motivado pelo surgimento de novas empresas industriais (de capitais internos e

externos) e pela modernização das unidades existentes, com a liberalização económica e a promoção do setor privado. Há uma redução do peso do sector agrícola no VAB, devido aos vários períodos de seca e a aposta do Governo no desenvolvimento do sector dos serviços.

**Década 2001-2010** – O VAB cresceu à taxa média anual real de 5,67%. O ramo de comércio, restaurantes e hotéis foi o que mais cresceu (8,4%), seguido da construção (7,5%). O crescimento do setor do comércio, restaurantes e hotéis está associado ao grande dinamismo e desenvolvimento do turismo ao longo da década. No entanto, temos alguns anos com relativa desaceleração, como 2001 e 2002, devido aos impactos nos voos internacionais causados pelo atentado terrorista de 11 de Setembro nos EUA, e 2008 e 2009 pelo abrandamento da atividade económica na União Europeia, que é o principal mercado de origem dos turistas que visitam Cabo Verde. O crescimento no setor da construção é motivado pela política de infraestruturização do país, seguida pelo Governo, e pelos IDE ligados ao turismo (construções de hotéis e *resorts*).

**Figura 3: Evolução do PIB real, ótica da produção**



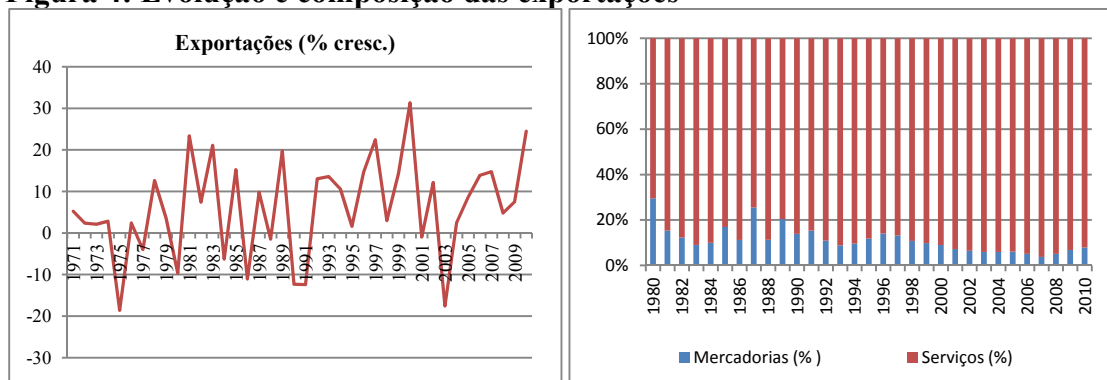
Fonte: UN

### 2.3 – Evolução das exportações

A integração de países pequenos no mercado mundial é vista como forma de superar a reduzida dimensão do mercado interno. Em Cabo Verde, a média anual da abertura comercial (soma das exportações e importações) no período 1970-2010, foi de 87,8% do PIB (importações 67,5% do PIB e exportações 20,3 % do PIB). Entre os outros países pequenos Africanos, em termos do peso no PIB, Cabo Verde é o sétimo com maior nível de abertura comercial, o oitavo com maiores exportações, o quarto com maiores importações e o segundo com maior défice comercial. O elevado nível do défice comercial em Cabo Verde é justificado pela elevada importação de bens (o défice médio anual da balança de bens no período 1980-2010 foi de -42,8% do PIB), em especial os bens de consumo (os produtos alimentares constituem cerca de 68% dos bens de consumo importados e a volta de 30% do total das importações).

O crescimento das exportações foi caracterizado por constantes oscilações no período 1971-2010, com taxa média anual real de 6,2% e peso médio anual no PIB de 18,9%. Devido à falta de dados, analisamos em maior detalhe as exportações apenas no período 1980-2010. Neste período os serviços constituíram o componente com maior peso nas exportações, cerca de 89%. As exportações dos serviços e das mercadorias cresceram à taxa média anual de 16,2% e 14,5%, respetivamente (ver a figura 4).

**Figura 4: Evolução e composição das exportações**



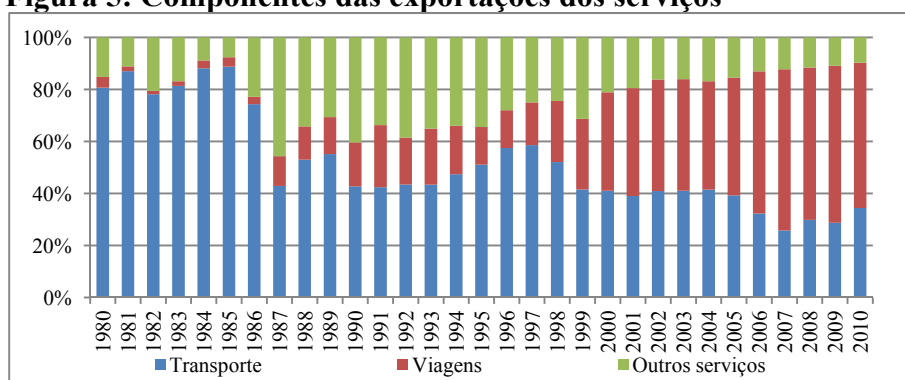
Fonte: UN

Fonte: UNCTAD

### 2.3.1 – Exportações de serviços

Na figura 5, verificamos que os transportes tiveram peso médio anual de 51,7% das exportações de serviços, no período 1980-2010, constituindo assim a maior parcela.<sup>6</sup> Quanto a taxa média anual de crescimento, o setor das viagens foi o que mais cresceu (28,3%). Este maior contributo nas exportações de serviços pelas viagens deve-se ao aumento considerável do peso do turismo na economia cabo-verdiana nos últimos anos. No período 2000-2010 a média anual das receitas do turismo foi de 20,1% do PIB. As receitas do turismo cresceram à taxa média anual de 20,9%.

**Figura 5: Componentes das exportações dos serviços**



Fonte: UNCTAD

### 2.3.2 – Exportações de bens

No período 1995-2011 apesar de não haver grandes alterações na composição das exportações, houve uma alternância entre os produtos com maior peso nas exportações de mercadorias. O período 1995-2000 foi dominado pelas exportações de combustíveis, lubrificantes e materiais relacionados (31,2%), o período 2001-2005 pelos artigos calçados e vestuários (47,7%) e o período 2006-2011 pelos alimentos e animais vivos (como peixes) com 43,6%. Estas alterações nos pesos dos componentes das exportações de mercadorias resultaram-se, no caso da redução nas reexportações de combustíveis lubrificantes e materiais afins à mudança de rota dos voos da *South African Airways*, que desde 2006 deixaram de

<sup>6</sup> A rúbrica transportes abrange transporte de passageiros, frete de movimento de mercadorias, serviços à tripulação e serviços de apoio relacionados.



fazer escalas em Cabo Verde, e no caso do aumento das exportações dos produtos da pesca, ao fim do embargo imposto pela União Europeia a partir de 2004.

Verificamos, ainda, que entre 2 a 5 produtos constituem entre 70% a 90% do total das mercadorias exportadas. E vários destes produtos são reexportados. No período 2000-2010 a média anual dos produtos reexportados foi 69% das exportações de mercadorias. Nos últimos anos há maior concentração dos produtos exportados, que se têm resumido praticamente num único bem (peixes) com peso nas exportações de mercadorias de 73,4% e 70,3%, em 2010 e 2011, respetivamente. As exportações cabo-verdianas estão bastante concentradas em termos de mercados de destino, e a Europa é o principal mercado. No período 2000-2010 cerca de 83% das exportações foram para Europa, sendo 73% para o mercado Português. Segue-se o continente Americano, que absorveu cerca de 10% das exportações cabo-verdianas no mesmo período, e destas exportações, 95% foram para os EUA. Por último, temos o mercado Africano que recebeu apenas 5,5% das exportações.

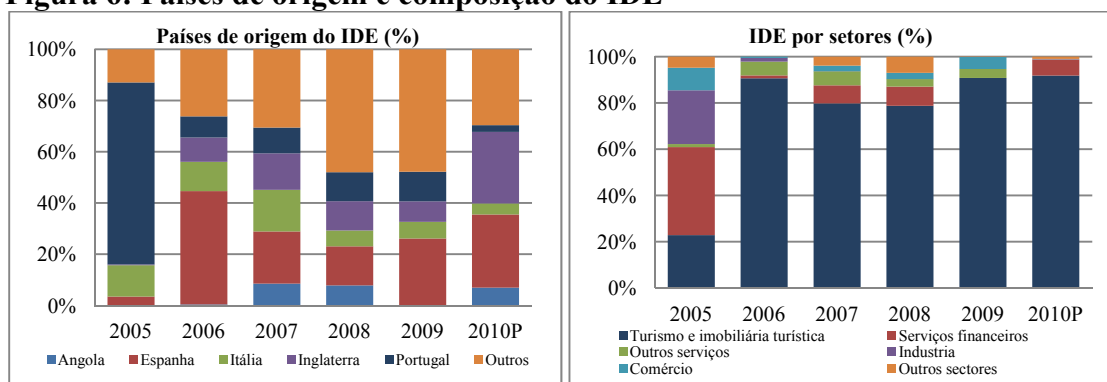
## 2.4 – Capitais externos

Os capitais externos que entraram em Cabo Verde no período 1986-2010, na forma de IDE, remessas dos emigrantes e ajuda e assistência ao desenvolvimento, representaram média anual de 42,5% do PIB. Isto demonstra uma forte dependência da economia cabo-verdiana dos fundos externos, que no entanto são incertos por natureza. No período 1986-2010 há tendência decrescente nas remessas e ajudas, e crescente no IDE. Mas, este aumento no IDE não tem sido suficiente para fazer face às reduções nas outras parcelas.

### i) IDE – Investimento direto estrangeiro

A média anual do IDE no período 1986-2010 foi de 4,5% do PIB. O IDE passou a ter impacto expressivo na produção a partir de 1995, com a privatização de algumas empresas públicas cabo-verdianas. No período 2005-2010, cerca de 63% do IDE foi de origem Europeia, e Espanha é o principal investidor, seguido de Portugal. Quanto ao destino dos investimentos, o setor turístico é claramente o dominante, com 76% do total do IDE, seguido dos serviços financeiros com 10% (ver a figura 6).

**Figura 6: Países de origem e composição do IDE**



Fonte: Banco de Cabo Verde e Cabo Verde Investimentos

### ii) Remessas dos emigrantes

A média anual das remessas dos emigrantes no período 1986-2010 foi de 23,5% do PIB. No período 1986-1999 a média anual das remessas foi de 30% do PIB e no período 2000-2010 decresceu bastante, passando para 15% do PIB. A redução na última década pode estar

associada à situação da conjuntura económica desfavorável, que se vive nos principais países de acolhimento dos emigrantes e também, segundo Ronci et al. (2008), a redução nas remessas pode ser justificada pelo facto de os emigrantes em alguns países (EUA) serem da quarta ou quinta geração, reduzindo deste modo a identificação e ligação social com Cabo Verde, e pelo aumento de oportunidades em Cabo Verde, o que aliviou a pressão sobre emigração.

No inquérito realizado em Cabo Verde (Ilha de Santiago), em 2006, pela Organização das Mulheres de Cabo Verde e a organização italiana Pessoas Como Nós às famílias que recebem remessas de emigrantes, verificámos que as remessas são distribuídas da seguinte forma: 76,4% com alimentação, 9,4% na educação/formação, 6,3% na habitação, 3,1% para poupança bancária, 2,1% em atividades económicas e 2,7 em outras atividades. Com isto, concluímos que a maioria das remessas é destinada às despesas do consumo e não às atividades geradoras de rendimentos.

### **iii) Ajuda e assistência oficial ao desenvolvimento**

O total da ajuda e assistência oficial ao desenvolvimento recebida no período 2000-2010 (15,2% do PIB) está na forma de donativos (73%), ajuda orçamental (16%) e ajuda alimentar (11%). Dos investimentos públicos realizados no período 2000-2010 cerca de 46% foram financiados por capitais externos, ou seja, mais de metade da ajuda recebida foi usada para financiar o consumo.

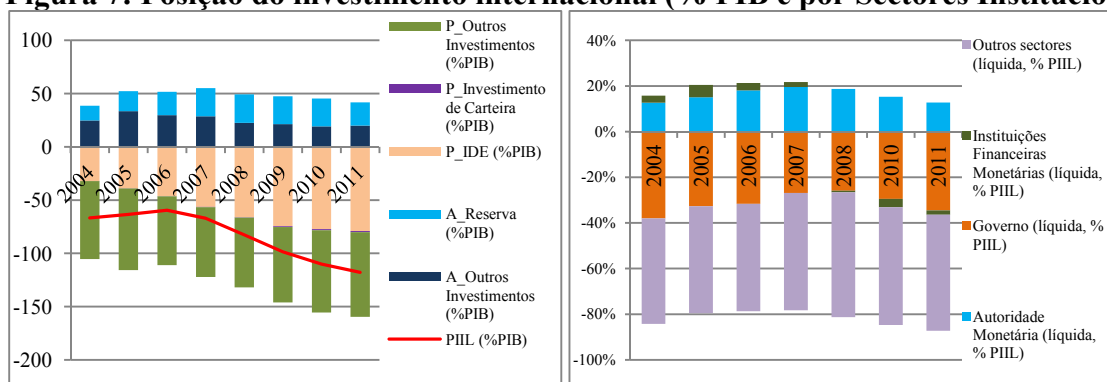
## **2.5 – Posição do investimento internacional líquido (PIIL)**

Posição do investimento internacional (PII) regista a posição em relação aos ativos e passivos financeiros dos residentes face aos não residentes. Na figura 7, verificamos que no período 2004-2006 há ligeira melhoria na posição do investimento internacional líquido (PIIL) passando de -66,8% para -59,5% do PIB, justificado, principalmente, pela redução dos empréstimos externos e aumento de ativos de reservas. Nos anos seguintes (2007-2011) há nova deterioração do PIIL, atingindo em 2011 cerca de -118% do PIB, devido ao aumento nos passivos (principalmente os empréstimos) e redução nos ativos (ativos de reservas e outros ativos). Em 2011 os ativos cabo-verdianos cobriram apenas 26% dos passivos.

Os componentes com maiores pesos no passivo da PII cabo-verdiana são IDE (com média de 44% do passivo no período 2004-2011) e empréstimos (média de 51% do passivo no período 2004-2011). De 2004 à 2007 houve supremacia dos empréstimos, mas a partir 2008 o IDE passou a constituir o maior componente do passivo. O elevado valor negativo da PIIL confirma a grande dependência da economia cabo-verdiana dos ativos externos.

Passando para análise da PIIL, em termos de sectores institucionais, verificamos que os outros sectores (sociedades não bancárias e particulares) e o Governo foram os que maiores contributos tiveram na deterioração do PIIL no período 2004-2011, com média anual de 79% e 49% do PIIL, respetivamente. Este grande peso dos sectores não bancários e particulares é explicado pela elevada absorção do IDE por estes sectores, BCV (2011). O governo é responsável por cerca de 80% dos empréstimos externos no período 2004-2011. O peso positivo da autoridade monetária na PIIL está ligado a acumulação das reservas internacionais, que, porém, apresenta tendência decrescente a partir de 2008. Em 2011 a posição líquida da autoridade monetária foi de 20% do PIB. Há uma deterioração na posição das instituições financeiras monetárias líquida, que desce para valores negativos a partir de 2008, em resultado da forte redução do ativo e aumento do passivo.

**Figura 7: Posição do investimento internacional (% PIB e por Sectores Institucionais)**



Fonte: BCV

## 2.6 – Dinâmica da dívida pública cabo-verdiana

A dívida pública cabo-verdiana decresceu entre 2001 e 2008, passando de 84,1% para 68,2% do PIB. As reformas introduzidas no âmbito do programa PSI (*Policy Support Instrument*) assinado com o FMI em 2006 (estabelece o limite para a dívida pública em 70% do PIB, para o ano 2009) tiveram grande contributo na diminuição da dívida. Esta redução verificou-se, principalmente, na dívida externa. Mas, nos anos seguintes voltou a aumentar, atingindo 87,5% do PIB em 2011. Este aumento aconteceu, sobretudo, na parcela dívida externa, que cresceu de 46,4% para 67,2% do PIB entre 2008 e 2011. O forte crescimento da dívida externa é justificado pela aproximação do fim do prazo de empréstimos concessionais, devido à graduação de Cabo Verde a país de desenvolvimento médio. Cerca de 82% do *stock* da dívida externa corresponde a empréstimos concessionais, portanto, em condições bastantes favoráveis (com período de amortização à volta de 30 anos e taxas de juro à volta de 1%).

A dinâmica do rácio da dívida pública pelo PIB é analisada através dos impactos do juro e do crescimento do produto na dívida. A contribuição do saldo orçamental primário na dívida pública é dada por:

$$\Delta d_t = (r - y)d_{t-1} - \varphi$$

onde:  $d_t$  – dívida pública em função do PIB no ano  $t$ ;  $r$  – taxa de juro real;  $y$  – taxa de crescimento do PIB real;  $\varphi$  – saldo orçamental primário em função do PIB.

Analisando a dinâmica da dívida pública pelo comportamento da variável ( $\Delta d_t$ ), entre 2001 e 2011 houve aumento da dívida, com exceção do ano 2007. Apesar da taxa de juro real implícita ser sempre inferior à taxa de crescimento do PIB, o saldo orçamental primário foi sempre negativo (com valores elevados) contribuindo para a deterioração do *stock* da dívida pública. A superioridade da taxa de crescimento do PIB em relação à taxa de juro real implícita (devido ao baixo valor das taxas de juro sobre dívida externa) permite que o governo estabilize a dívida pública mesmo tendo um saldo orçamental primário negativo (valores da variável SOP estabilizar). O peso dos juros pagos no PIB tem sido sempre inferior à taxa do crescimento do PIB, tornando assim os juros suportáveis (ver a tabela 1).

**Tabela 1: Evolução da dívida pública (%PIB)**

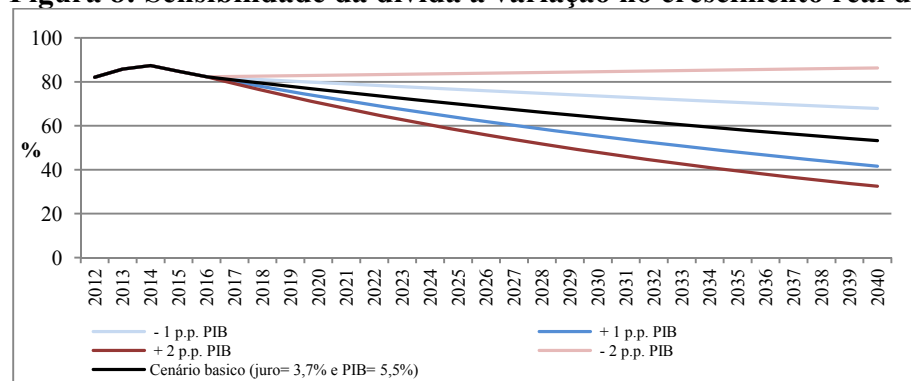
Variáveis	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida pública (%PIB)	84,1	87,4	83,0	82,7	84,1	78,4	72,1	68,2	74,4	77,6	87,5
Tx Juro real implícito	1,0	3,8	-1,3	4,1	4,2	-0,1	1,1	-0,8	-2,0	-1,0	-1,9
Tx. PIB real (crescimet.)	3,5	5,5	4,7	5,0	5,6	8,2	6,7	6,1	4,0	5,6	5,1
SOP (%PIB)	-9,4	-7,6	-6,6	-5,8	-9,4	-8,2	-1,9	-5,6	-12	-18	-12
$\Delta d_t$	7,4	6,1	1,3	5,1	8,2	1,2	-2,5	0,6	7,7	13,2	6,1
SOP estabilizar (%PIB)*	-2,0	-1,4	-5,3	-0,8	-1,2	-7,0	-4,4	-5,0	-4,1	-4,9	-5,4
Juros pagos (%PIB)	1,9	3,0	2,5	2,5	2,2	2,0	1,8	1,6	1,6	1,8	1,7

Fonte: BCV e cálculos do autor; SOP (Saldo Orçamental Primário)

\* Refere-se ao saldo orçamental primário em função do PIB, necessário para estabilizar a dívida externa em cada ano, considerando o valor da dívida em t-1.

Com o fim dos empréstimos concessionais (em princípio a partir de 2015), Cabo Verde enfrentará taxas de juro dos empréstimos externos maiores e com prazos dos reembolsos menores, o que significa aumento do encargo com as dívidas externas no orçamento do Estado. No Relatório do FMI (2012) nº12/29 está previsto, a partir de 2017, taxas de juro efetivas médias anuais de 3,7% e taxa de crescimento médio anual do PIB real de 5,5%. Considerando um cenário com saldo primário nulo (que não é o caso previsto no relatório, onde se espera um saldo primário negativo de -3% do PIB em 2021 e de -1% do PIB em 2031), a dívida pública atingirá o limite de 60% do PIB apenas em 2034, consoante o cenário básico da figura 8. Mas, caso o saldo primário for igual ao previsto no relatório, ou seja, uma média anual de -1,9% do PIB no período 2017-2031, para evitar uma situação explosiva da dívida pública, o crescimento médio anual do PIB real terá que ser, no mínimo, de 6,5%, mantendo a taxa de juro efetiva à volta dos 3,7%, ou então, no caso de o ajuste ser ao nível da taxa de juro, esta deve ser no máximo 3%, com taxa de crescimento médio anual do PIB real de 5,5%.

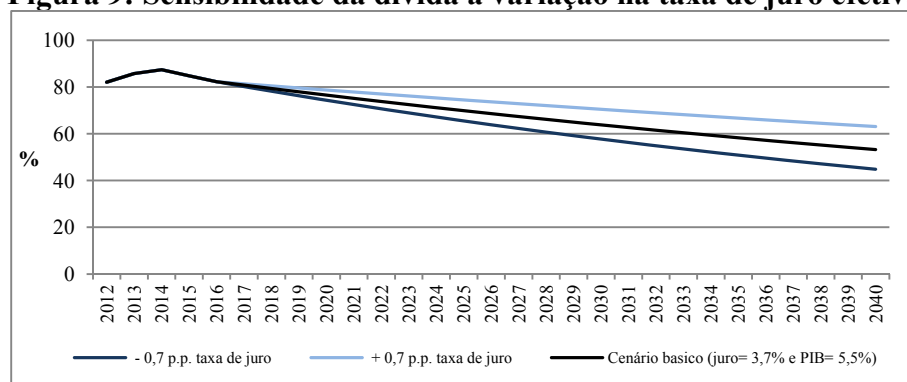
Considerando a hipótese do PIB real crescer à uma média de 2 pontos percentuais inferior ao previsto, o rácio da dívida pública em função do PIB assume uma trajetória crescente, transformando-se num processo explosivo. Se o PIB real crescer apenas 1 ponto percentual abaixo do previsto, o rácio da dívida pública em função do PIB passa a ter comportamento decrescente, mas muito lento (ver a figura 8).

**Figura 8: Sensibilidade da dívida à variação no crescimento real do PIB**

Fonte: Relatório do FMI nº12/29 e cálculos do autor

Se a variação acontecer ao nível da taxa de juro, com o aumento de 0,7 pontos percentuais, o rácio da dívida pública pelo PIB mantém o comportamento decrescente, conforme a figura 9.

**Figura 9: Sensibilidade da dívida à variação na taxa de juro efetiva**



Fonte: Relatório do FMI nº12/29 e cálculos do autor

### Sustentabilidade da dívida pública externa

A dívida pública externa é considerada sustentável, quando é reembolsável sem recurso ao financiamento excecional (como perdão da dívida) ou à maior correção futura nas contas das receitas e despesas. Assim, passamos a análise do nível de solvência e liquidez da dívida pública externa de Cabo Verde.

O nível de solvência medido através do rácio entre o *stock* da dívida pública externa e o PIB, no período 2001-2011, foi sempre superior ao limite da sustentabilidade (44% do PIB), e em relação às receitas internas, o *stock* da dívida ultrapassa o limite (250% das receitas públicas internas) apenas em 2011. Já o rácio do *stock* da dívida em relação às exportações é inferior ao limite estabelecido. Nos últimos dois anos (2010 e 2011), o *stock* da dívida externa teve crescimento considerável, mas o seu peso nas exportações não apresenta grandes alterações, pois foi acompanhado de aumento nas exportações, mas para o rácio da receita interna, houve redução nas receitas (principalmente, receitas fiscais) conduzindo o *stock* da dívida a ultrapassar o limite em 2011 (ver tabela 2).

Quanto à liquidez, o serviço da dívida é inferior aos limites estabelecidos, tanto em relação ao rácio das exportações como das receitas internas. Isto deve-se ao facto de 80% das dívidas externas serem concessionais, com reduzida taxa de juro e longo período de amortização. Assim, Cabo Verde apresenta liquidez suficiente para assumir os seus compromissos em relação às dívidas externas.

**Tabela 2: Sustentabilidade da dívida externa**

Variáveis	Limite (*)	2001-2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dív. Exter./PIB (%)	44	54,7	48,7	46,3	46,4	50,9	60,0	67,2
Dív. Exter./Exportações (%)	226	169	113	108	100	130	141	142
Dív. Exter./Receita interna (%)	250	239	180	149	160	196	246	264
Serviço div./Exportações (%)	24	8,7	5,9	5,1	4,6	5,6	4,8	4,3
Serviço dív./Receita interna (%)	22	12,3	9,5	7,0	7,3	8,4	8,4	7,9

Fonte: BCV (2012a): Boletim de Estatísticas 20 anos.

(\*) É considerado o limite para países com CPIA forte.<sup>7</sup> Estes valores estão no estudo realizado pelo World Bank e International Monetary Fund (2012) "Revisiting the Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries"

<sup>7</sup> Apesar da diminuição na classificação do índice CPIA (*Country Policy and Institutional Assessment*) de 4,5 em 2010 para 4,0 em 2011, a pontuação cabo-verdiana continua na classe de qualidade forte. Se o índice CPIA for menor do que 3,25 a qualidade é pobre e se for superior a 3,75 é forte.

## 2.7 – Mercado laboral

A população cabo-verdiana passou de 431.989 em 2000, para 491.575 habitantes em 2010, traduzindo num aumento de 13,8%. Neste período a população em idade de trabalhar (com 15 anos ou mais) cresceu 36% (aumento de 88.545 indivíduos), sendo repartido 27.152 indivíduos (30,7%) para população ativa e 61.393 indivíduos (69,3%) para população inativa.<sup>8</sup> Neste período há aumento de 35.572 empregados (crescimento de 25%), sendo 27.152 referente a novos indivíduos que entraram no mercado de trabalho e 8.420 aos desempregados que conseguiram o emprego. O aumento da população empregada foi 11 pontos percentuais inferiores ao da população em idade de trabalhar, mas há diminuição no desemprego, uma vez que a maioria dos indivíduos em idade de trabalhar foi classificada como inativos.

**Tabela 3: Variação da população e do emprego (2000-2010)**

Variáveis	Censo 2000	Censo 2010
População residente	431.989	491.575
População idade trabalhar	247.147	335.692
População ativa	171.313	198.465
População inativa	75.834	137.227
População empregada	141.725	177.297
População desempregada	29.588	21.168
Taxa desemprego	17,3	10,7

Fonte: INE: Censo 2000, Censo 2010; IEFP: Inquérito ao emprego (ISE-2005)

### 2.7.1 – Evolução do emprego

No período 1989-2009 foram criados cerca de 143.500 empregos, dos quais 54% nos últimos 5 anos (2005-2009).<sup>9</sup> A maioria destes empregos criados foi nos sectores da construção, comércio e alojamento e restauração. Verificamos que os anos com maiores postos de trabalhos criados são os que antecedem as eleições. E estes empregos são normalmente precários.

O período 1995-1999 foi o de maior média anual de crescimento do PIB real *per capita* (6,1%) e o crescimento médio anual do emprego foi de 2,6% (foram criadas um total de 18.432 empregos). O período 2005-2009 foi o de maior média anual de postos de trabalhos criados, 10,9% (corresponde ao total de 77.918 empregos) e a média anual do PIB *per capita* foi também robusta (6%). O forte crescimento do emprego em 2009 é explicado em parte pela nova abordagem do cálculo do desemprego.

Considerando 2009 um ano *outlier*, no período 1989-2008 a média anual do crescimento do emprego foi de 3,9%. Grande parte dos empregos criados em Cabo Verde tem sido em atividades pouco qualificadas e com reduzido valor acrescentado, facto este que podemos constatar nas análises que se seguem.

<sup>8</sup> População ativa - Indivíduos com idade mínima de 10 anos e constituem a mão-de-obra disponível para produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Engloba a população empregada e a população desempregada. População inativa - Indivíduos de qualquer idade que não estavam nem empregado nem desempregado. Inclui os seguintes grupos: Domésticos, estudantes, reformados, incapacitados e outras situações INE (ISE – 2005).

<sup>9</sup> O emprego criado engloba a reclassificação dos trabalhadores e criação de novos postos de trabalho.

**Tabela 4: Ramos de atividade económica**

Ramo de atividade económica	Censo 2000	ISE-2005	Censo 2010
Agricultura e pesca	32.597	36.141	18.461
Indústrias extrativas	1.276	1.177	1.649
Indústria transformadora, eletricidade, água	11.054	8.981	11.602
Construção	16.157	10.796	22.022
Comércio (grosso e retalho)	24.093	19.807	25.394
Transportes, armazenagem, comunicação	8.220	6.320	10.029
Alojamento e restauração	3.543	3.777	6.476
Atividade financeiras, seguros, imobiliárias	2.268	1.045	1.960
Atividade administrativa e serviços de apoio	--	2.104	8.061
Administração pública e segurança social	20.267	14.175	16.732
Educação	8.220	8.167	9.708
Saúde humana e ação social	1.842	1.792	2.629
Famílias empregadoras de domésticas	6.378	5.501	8.583
Outras atividades de serviços	5.810	3.845	5.203
Não respondeu		2.117	31.175
<b>Total</b>	<b>141.725</b>	<b>125.745</b>	<b>179.684</b>

Fonte: INE: Censo 2000, Censo 2010; IEFP: Inquérito ao emprego (ISE-2005)

Na tabela acima (tabela 4) constatamos que “Agricultura e pesca” foi o ramo de atividade com maior percentagem de empregados, 23% e 29%, nos anos 2000 e 2005, respetivamente. Já em 2010 a maior concentração é no ramo do “comércio” com 14% e “agricultura e pesca” é o terceiro maior, com 10%. Comparando os dados de 2000 e 2005, verificámos que com exceção do sector “agrícola e pesca” (há criação de cerca de 3.500 empregos) houve destruição de emprego em praticamente todos os ramos de atividades (foram perdidos cerca de 23.980 postos de trabalho). Em relação aos dados de 2005 para 2010 o sector “agrícola e pesca” é o único com perda de empregos (cerca de 17.680 postos de trabalho), e nos restantes sectores há criação de empregos.

**Tabela 5: Profissão**

Profissão	Censo 2000	ISE-2005	Censo 2010
Forças Armadas	227	305	826
Quadro superior da administração pública e Q. superior	1.390	6.044	4.330
Especialistas	6.660	4.731	10.843
Técnico e profissionais de nível intermédio	6.434	7.374	6.230
Pessoal Administrativo e Similares	4.647	4.122	5.685
Pessoal dos serviços e vendedores	21.555	16.385	40.635
Agricultura e pescador	31.432	21.960	12.637
Operários, artificiais e similares	20.271	19.115	25.980
Operários de máquinas e trabalhadores de montagem	6.190	5.271	6.113
Trabalhadores não qualificados	42.919	40.199	45.094
Não respondeu		239	21.311
<b>Total</b>	<b>141.725</b>	<b>125.745</b>	<b>179.684</b>

Fonte: INE: Censo 2000, Censo 2010; IEFP: Inquérito ao emprego (ISE-2005)

Verificamos na tabela acima (tabela 5), que grande percentagem dos empregados cabo-verdianos são “trabalhadores não qualificados”, mas tem havido uma redução, ou seja, no ano 2000 o peso dos “trabalhadores não qualificados” no total de empregados foi de 30%, no ano 2005 aumentou ligeiramente para 32% e em 2010 baixou para 25%. Em 2010 “pessoal de serviços e vendedores” com 23% foi o segundo com maior peso no total de empregados. Os “técnicos superiores” e os “técnicos e profissionais de nível intermédio” foram praticamente

as únicas profissões com aumento de emprego, entre 2000 e 2005, o que traduz numa melhoria da qualificação dos empregados. Nas outras profissões houve destruição de empregos.

Com isto concluímos que, em Cabo Verde cerca de 60% dos empregos são ocupados por trabalhadores não qualificados ou de baixa qualificação. O sector terciário emprega cerca de 54% dos trabalhadores, e em termos de ramos de atividades, a agricultura e pesca tem sido substituído por construção e comércio como atividades que empregam mais trabalhadores.

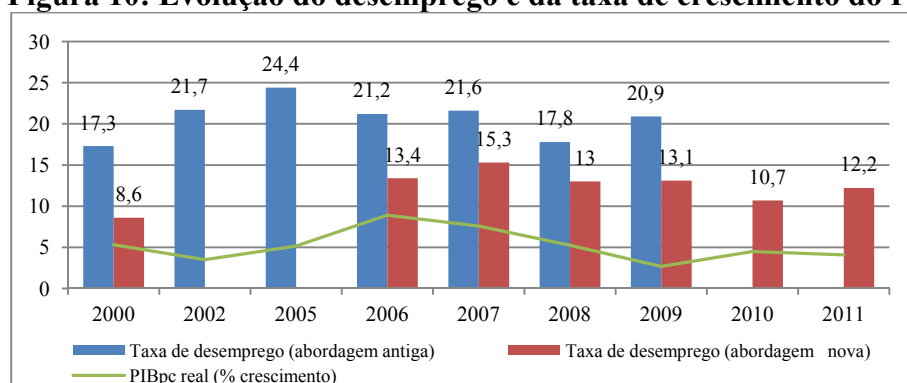
## 2.7.2 – Evolução do desemprego

O desemprego em Cabo Verde tem afetado principalmente a população com idade compreendida entre 15 e 24 anos. Em 2009, a taxa de desemprego nesta faixa etária foi 25%, que corresponde a quase o dobro da taxa de desemprego da média nacional (13,1%). O desemprego, nos últimos anos, tem afetado principalmente a população mais instruída. Em 2011, a taxa de desemprego na população com ensino superior foi 16,8% e ensino secundário 19,4%, e estes valores foram superiores à média nacional (12,2%).

Segundo o relatório nº 58551-CV do Banco Mundial (2010), em Cabo Verde o elevado nível de desemprego é explicado, em parte, pelo alto salário de reserva, resultante do facto da média dos agregados familiares receberem níveis elevados de remessas, o que diminui a taxa de participação no mercado de trabalho e gera uma certa rigidez no desemprego.

A taxa de desemprego em Cabo Verde apresenta um comportamento oscilante entre 2000 e 2011. No período 2000-2008 a média anual da taxa de desemprego foi de 20%. Já em 2009 houve forte redução na taxa de desemprego, passando para 13,1%, devido ao uso de uma nova abordagem do cálculo da taxa de desemprego pelo INE. Pois, se considerarmos a abordagem antiga, em 2009 o desemprego continua a rondar os 20%. Pela figura 10 verificamos que o nível de crescimento do PIB *per capita* tem tido algum impacto (não regular) nas taxas de desemprego, ou seja, nos anos com maiores taxas de crescimento do PIB *per capita*, assistimos menor taxa de desemprego.

**Figura 10: Evolução do desemprego e da taxa de crescimento do PIB *per capita* real**



Fonte: INE

## 2.8 – Síntese da dinâmica do crescimento

Cabo Verde, pelas suas características (como: reduzido mercado interno, estado insular e escassez de recursos naturais), apresenta um nível de crescimento económico satisfatório no período 1970-2010, e foi o quarto país entre os países pequenos Africanos com maior taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* (3,3%).



Na ótica das despesas, o consumo das famílias foi a parcela com maior peso no crescimento do PIB, no período 1970-2000, e na década 2001-2010 foi a formação bruta do capital, traduzindo assim numa maior afetação dos recursos ao investimento em detrimento do consumo presente. Na ótica da produção, o crescimento do VAB é explicado, principalmente, pelo setor dos serviços e dentro deste setor, o maior contributo é do ramo de transportes e comunicações, mas atualmente o maior impacto tem sido dos serviços ligados às viagens.

As exportações têm peso de 23% no crescimento do PIB no período 1971-2010. A maioria das exportações cabo-verdianas está concentrada nos serviços, especialmente, nos transportes. As mercadorias exportadas são pouco diversificadas e estão muito concentradas em termos de mercados de destino. Os capitais externos têm sido um dos grandes impulsionadores da economia cabo-verdiana. Mas, nos últimos anos, há uma tendência decrescente, fruto da redução das remessas e das ajudas. O IDE tem sido direcionado na sua maioria para a área do turismo, há um fraco investimento das remessas recebidas em setores produtivos e grande parte das ajudas externas recebidas foi aplicada no financiamento do consumo.

A dívida pública externa de Cabo Verde em termos de solvência ultrapassa os limites estabelecidos. Pelos dados de 2011, o peso da dívida pública no PIB está 23,2 pontos percentuais acima do limite e em termos de receitas internas, está 14 pontos percentuais acima do limite. Considerando o serviço da dívida, o seu peso nas exportações e receitas internas são inferiores aos limites estabelecidos, graças ao baixo valor dos juros implícitos e longo período de amortizações, tornando assim, a dívida sustentável.

Tem havido uma certa correlação entre o crescimento do PIB *per capita* e as taxas de desemprego e a criação de emprego, ou seja, nos períodos de maior crescimento do PIB *per capita*, assistimos maior criação de emprego e redução nas taxas de desemprego. Os ramos de atividades que empregam maior número de indivíduos são comércio, construção e agricultura e pesca, e a maioria dos trabalhadores é não qualificado. O entanto, apesar do nível de crescimento elevado a taxa de desemprego continua elevada.

Este comportamento da economia cabo-verdiana assemelha às características de países pequenos, ou seja, em Cabo Verde existe uma grande abertura do mercado ao comércio externo e aos capitais externos, uma fraca diversificação das exportações e dos mercados de exportação e os serviços constituem o principal setor de atividade económica.

### **3 – DIAGNÓSTICO DO CRESCIMENTO**

#### **3.1 – Considerações introdutórias**

Começamos por apresentar conclusões de algumas pesquisas realizadas em Cabo Verde, sobre possíveis barreiras económicas para as empresas. O Banco Mundial realizou, em 2009, um inquérito, conhecido por *Investment Climate Assessment (ICA)*, às empresas cabo-verdianas, para identificar os principais obstáculos no exercício das suas atividades.<sup>10</sup> O setor informal foi identificado como principal obstáculo, seguido do acesso ao financiamento e eletricidade. Em termos da dimensão das empresas, para as pequenas o maior obstáculo são os

---

<sup>10</sup> *World Bank Investment Climate Assessments* - neste inquérito participaram 156 empresas industriais e de serviços, localizadas nas ilhas de S. Vicente, Sal e Santiago, sendo 79 pequenas empresas (5-19 trabalhadores), 52 empresas médias (20-99 trabalhadores) e 25 empresas grande (mais de 100 trabalhadores). Enterprise Surveys (<http://www.enterprisesurveys.org>), The World Bank.

crimes e desordens, para as médias é o setor informal e para as grandes é a força de trabalho inadequada.

Em 2010 foi realizado um inquérito pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI, 2011) às 217 empresas cabo-verdianas, com o objetivo de identificar os fatores que mais afetam o mercado empresarial.<sup>11</sup> O estudo indica como principais constrangimentos aos negócios, os transportes entre ilhas, o acesso aos incentivos fiscais, a burocracia, os custos de iniciar um negócio e a falta de proteção aos pequenos investidores. Considerando os resultados consoante as dimensões das empresas, os principais obstáculos para as pequenas (até 10 trabalhadores) são acesso ao crédito (taxa de juros), setor informal e eletricidade, para as médias (entre 11 e 100 trabalhadores) são eletricidade e setor informal e para as grandes (mais de 100 trabalhadores) são eletricidade, tribunais e resolução de conflitos.

### 3.2 – Modelo do diagnóstico de crescimento

Hausmann, Rodrik e Velasco (2005) propuseram um modelo simples (HRV) para o diagnóstico do crescimento económico de um país. Este modelo assim como a maioria dos modelos de crescimento, baseia-se no pressuposto que, em equilíbrio a economia cresce em função da diferença entre o rendimento esperado dos ativos acumulados e do custo destes ativos detidos pelos agentes privados. Assim, quanto maior for a diferença entre o retorno esperado e o custo do financiamento, maior será o esforço do investimento (Hausmann et al., 2008). Segue a expressão do modelo HRV:

$$\underset{\text{crescimento}}{g} = \sigma \left\{ \underbrace{\left( \underbrace{(1-\tau)}_{\text{apropriação}} * \underbrace{\rho}_{\text{retorno social}} \right)}_{\text{retorno privado}} - \underbrace{r}_{\text{custo financiamento}} \right\}$$

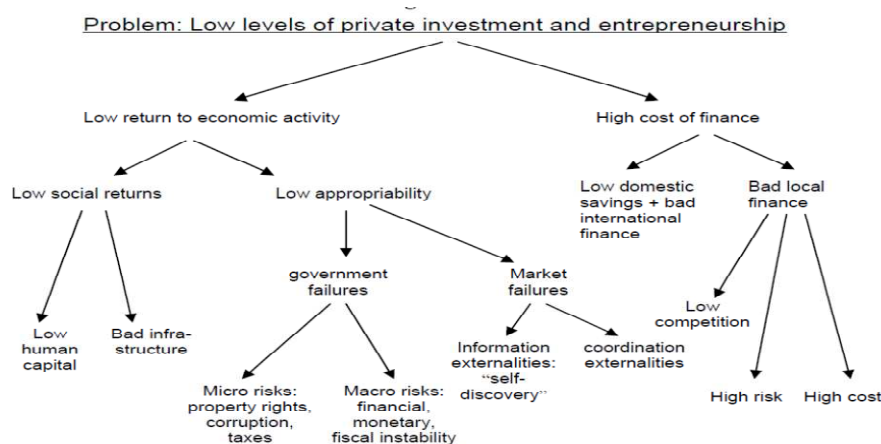
onde:  $\tau$  – taxa de imposto sobre capital, atual ou esperado, formal ou informal;  $r$  – taxa de juro mundial;  $\rho$  – taxa de retorno sobre capital;  $\sigma$  – elasticidade intertemporal do consumo;  $g$  – taxa de crescimento da economia.

O modelo apresenta duas hipóteses de limitações ao crescimento: baixo retorno esperado dos ativos acumulados  $\{(1 - \tau)\rho\}$  ou elevado custo de financiamento ( $r$ ). O baixo retorno dos ativos acumulados pode estar associado ao débil retorno social ( $\rho$ ) ou fraca apropriação esperada ( $1 - \tau$ ). O elevado custo de financiamento pode ser justificado por falta de poupança agregada ou deficiente intermediação financeira.

Hausmann et al. (2008) propuseram uma árvore de decisão (figura 11) para o exercício do “*Growth Diagnostic*” baseada no modelo apresentado, que consiste em identificar os fatores que possam justificar o fraco crescimento económico, fazendo uma série de questões e apresentando possíveis hipóteses à medida que se avança pelos ramos da árvore. O principal desafio está em encontrar o fator que constitui maior obstáculo ao crescimento económico e uma vez identificado, deve merecer grande atenção dos decisores políticos.

<sup>11</sup> O inquérito foi realizado em Setembro de 2010 pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres).

**Figura 11: Árvore do *Growth Diagnostic***



Fonte: Hausmann et al. (2008: 22)

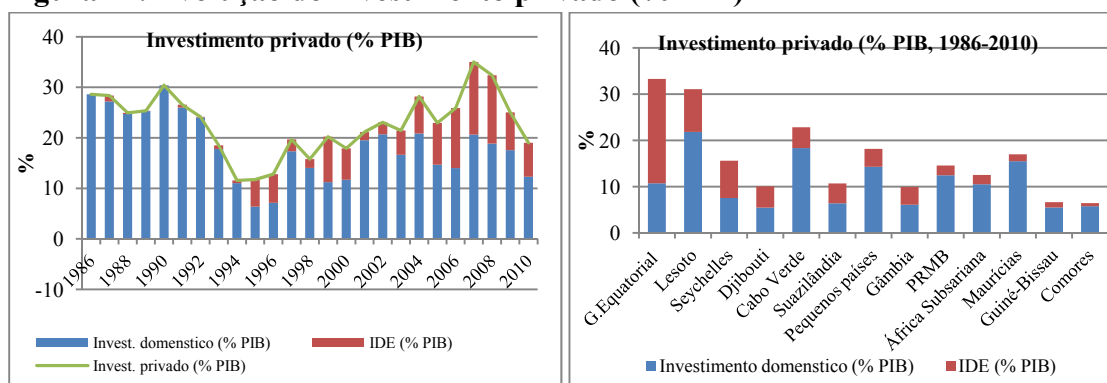
### 3.3 – Diagnóstico de crescimento da economia cabo-verdiana

#### Árvore de decisão - HRV

Aplicamos o modelo descrito para realizar o diagnóstico do crescimento económico em Cabo Verde. Assim, começamos pela pergunta base: *O investimento privado é baixo em Cabo Verde?* Para responder a esta pergunta, analisamos a evolução do investimento privado.

No período 1986-2010, a média anual do investimento privado em Cabo Verde foi de 22,8% do PIB. Comparativamente aos outros países pequenos Africanos, Cabo Verde é o terceiro com maior média anual do investimento privado em função do PIB. A média cabo-verdiana (22,8% PIB) é superior à média do grupo de Países Pequenos (18,2% PIB), de Países de Rendimento Médio e Baixo (PRMB) (14,6% PIB) e de países da África Subsariana (12,5% PIB). A média anual do rácio do investimento doméstico (18,3% do PIB) em Cabo Verde é o segundo maior entre os países pequenos Africanos, e em relação ao IDE (4,5% PIB) é o quinto maior (ver a figura 12).

**Figura 12: Evolução do investimento privado (% PIB)**



Fonte: WDI

O nível do investimento privado em Cabo Verde é satisfatório. Mas, cerca de 63,9% dos investimentos realizados em Cabo Verde foram na construção. Assim, torna-se pertinente a

questão: porque o investimento tem sido baixo nos outros setores e não na construção? *Será custo de financiamento elevado ou retorno económico baixo?*

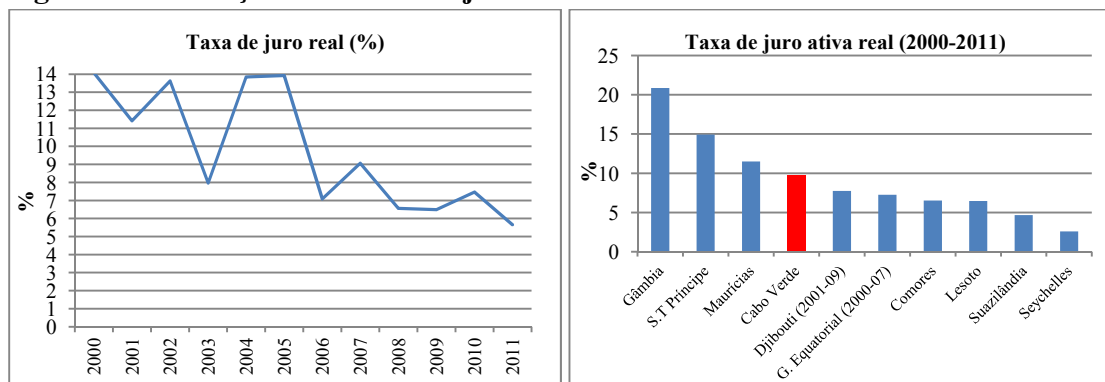
### 3.3.1 – Acesso/custo de financiamento

*O custo de financiamento em Cabo Verde é elevado?* Esta questão pode ser respondida pela análise das taxas de juro ativas e pelo volume do crédito doméstico ao setor privado.

#### i) As taxas de juro

Na figura 13 observamos que, em Cabo Verde a média anual da taxa de juro real ativa, no período 2000-2011, foi de 9,8% e com tendência decrescente.<sup>12</sup> Em comparação com os países pequenos Africanos, Cabo Verde é o quarto com maior média anual da taxa de juro. A média cabo-verdiana é inferior à das Ilhas Maurícias, mas é cerca de 7 pontos percentuais superior à média das Seychelles, que tem a menor taxa de juro (2,58%).

**Figura 13: Evolução das taxas de juro real**



Fonte: WDI

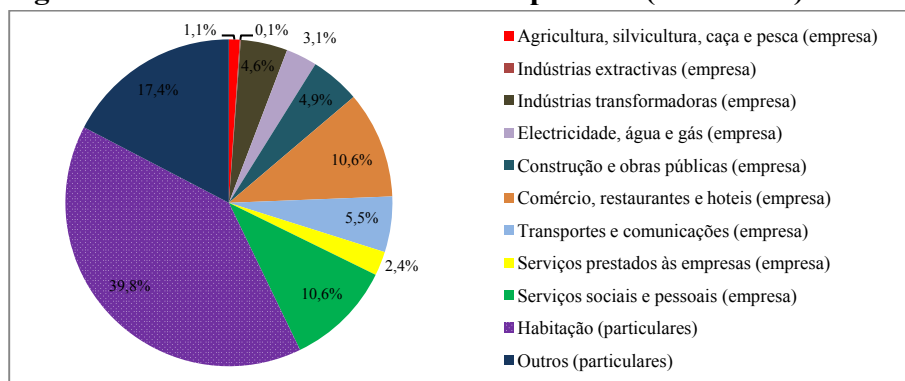
#### ii) Crédito doméstico

O crédito doméstico ao setor privado em Cabo Verde cresceu nos últimos anos, passou de 40,1% do PIB, em 2000, para 61,1% do PIB, em 2011, e a média anual foi de 46,6% do PIB. Em relação aos países pequenos Africanos, Cabo Verde é o segundo com maior média anual de crédito doméstico. A média cabo-verdiana é superior à média de Países Pequenos e inferior à média dos PRMB, Países da África Subsariana e Mundial.

Na figura 14 averiguamos que a maioria do crédito ao setor privado é para atividades dos particulares, mais concretamente, aquisições de habitações. No período 2001-2011 cerca de 57% do crédito foi para particulares (39,8% para aquisições de habitações e 17,4% para outras aquisições) e 43% para empresas não financeiras (empresas com maiores créditos são as ligadas ao comércio, restaurantes e hotéis – 10,6% e aos serviços sociais e pessoais – 10,6%).

<sup>12</sup> A taxa de juro corresponde à média dos juros de curto e médio prazo.

**Figura 14: Crédito doméstico ao setor privado (2001-2011)**



Fonte: BCV

Posto isto, concluímos que nos últimos anos a taxa de juro real ativa reduziu e o crédito doméstico ao setor privado aumentou em Cabo Verde. Mas, em termos comparativos com os outros países pequenos Africanos e alguns grupos de países, o custo de financiamento continua elevado em Cabo Verde. No inquérito ICA de 2009 o acesso ao financiamento é apontado como o segundo maior obstáculo para negócios, e nos relatórios da “*Global Competitiveness Report 2010-2011*”- Schwab (2010) e “*Global Competitiveness Report 2011-2012*” - Schwab (2011) o acesso ao financiamento é indicado como o fator mais problemático para fazer negócios em Cabo Verde.

Assim, seguindo o modelo da árvore de decisão de HRV, o elevado custo de financiamento pode estar associado ao difícil acesso a poupanças externas, à baixa poupança doméstica ou à deficiente intermediação financeira doméstica.

### 3.3.1.1 – Acesso ao financiamento externo e poupança doméstica

No período 2000-2010 a média anual dos capitais externos na forma de IDE, remessas de emigrantes e ajuda e assistência ao desenvolvimento foi de 35% do PIB. Dos investimentos públicos realizados entre 2000-2010, cerca de 80% foram financiados com recursos ao capital externo (donativos, ajudas alimentares e empréstimos). Assim, o acesso ao financiamento externo não parece constituir obstáculo ao investimento.

No período 1990-2011 a média anual da poupança doméstica em Cabo Verde foi de 1,2% do PIB.<sup>13</sup> Este valor é baixo, quando comparamos com a média anual dos PRMB (26,8% PIB), Países Pequenos (21,1% PIB) e países da África subsariana (15,8% do PIB). Em relação aos outros países pequenos Africanos, a média cabo-verdiana é a sexta maior.

A poupança doméstica em Cabo Verde é baixa, mas parece não representar barreira no acesso ao financiamento, pois caso contrário observaríamos taxas de juro de depósitos elevadas para atrair a poupança. A média anual das taxas de juro dos depósitos no período 1990-2010 foi de 4,2%, e esta média é a terceira menor comparativamente aos outros países pequenos Africanos. A baixa poupança doméstica parece ser compensada pelo fácil acesso ao capital externo, pelo que, a disponibilidade financeira não parece ser a causa do elevado custo de financiamento em Cabo Verde.

<sup>13</sup> A poupança doméstica engloba a poupança privada e pública.

### 3.3.1.2 – Intermediação financeira doméstica

A fraca intermediação financeira doméstica, pelo modelo HRV, pode ser resultado de baixo nível de concorrência, alto risco ou elevado custo no setor bancário.

#### i) *Spread*

Elevado valor do *spread* entre a taxa de juro dos depósitos e empréstimos é o primeiro indicador de fraca intermediação financeira doméstica (Hausmann et al., 2008). A média anual do *spread* em Cabo Verde (7,8%), no período 2000-2010, foi superior à média da Suazilândia (6,6%) e Seychelles (6,8%). A média do grupo de países da África Subsariana (11,2%) é superior à de Cabo Verde (7,8%) e a média dos PRMB (7,9%) e de Países Pequenos (7,5%) estão próximas. Porém, o valor do *spread* em Cabo Verde é elevado, pelo que, indica a existência de fraca intermediação financeira.

Segundo Hausmann et al. (2008), a dimensão do *spread* é proporcional à taxa da reserva da disponibilidade mínima de caixa exigida aos bancos comerciais. Nos dados do BCV (Banco de Cabo Verde), verificamos que a disponibilidade mínima de caixa é elevada e em Dezembro de 2011 o valor era de 16%. Esta taxa é superior à de países pequenos Africanos, como Suazilândia (2,5%), Lesoto (3%), Maurícias (7%), Gâmbia (10%) e Seychelles (13%).<sup>14</sup> Posto isto, podemos dizer que a elevada percentagem da disponibilidade mínima de caixa, pode ser uma das causas do elevado *spread* em Cabo Verde.

Outros fatores que podem explicar fraca intermediação financeira doméstica (medida através do elevado valor do *spread*) pelo modelo RVH é baixo nível de concorrência no setor bancário ou elevado risco.

#### ii) Baixo nível de concorrência

Um sistema financeiro com poucas instituições bancárias pode apresentar fraca concorrência. Em Cabo Verde existe um número considerável de instituições financeiras pela dimensão do mercado, mas verificamos que, em 2011, cerca de 42% do mercado de crédito pertencia ao maior banco e os dois maiores bancos detinham 71% do crédito (relatório de estabilidade financeira do BCV, 2012b).<sup>15</sup> Em relação aos resultados líquidos dos bancos, no período 2006-2011, o maior banco obteve uma média anual de 52% do total dos lucros bancários e a média dos dois maiores bancos foi de 82% (ver a tabela 6).<sup>16</sup> O Índice de Herfindahl-Hirshman (IHH) utilizado para avaliar o nível de concentração no setor bancário, em 2011, foi de 2.942 (relatório de estabilidade financeira do BCV, 2012), o que significa alto grau de concentração do setor bancário.<sup>17</sup> Pelos valores destas variáveis, concluímos que existe fraca concorrência no setor bancário em Cabo Verde.

<sup>14</sup> Fonte de dados: Gâmbia, African Economic Outlook (2012); Suazilândia, Lesoto, Maurícias e Seychelles relatório da Secretariat of the Committee of Central Bank Governors (2011).

<sup>15</sup> Em 2011 o sistema financeiro cabo-verdiano contava no mercado *onshore* com: oito instituições de créditos, uma sociedade gestora de capital de risco, três agências de câmbios, uma sociedade emissora de cartões de crédito e de intermediação bancária do sistema de pagamentos, uma sociedade de *leasing*, três sociedades gestoras de fundos mobiliários e uma agência de transferência de dinheiro. E no *offshore* com: oito instituições em atividades bancárias e uma instituição em sociedade de gestão de fundos.

<sup>16</sup> Os dados são referentes aos seguintes bancos comerciais: Banco Comercial do Atlântico, Caixa Económica de Cabo Verde, Banco Interatlântico e Banco Cabo-verdiano de Negócios.

<sup>17</sup> O índice de Herfindahl-Hirshman varia entre 0 e 10.000. Mercados com valores inferior a 1.000 são competitivos, com valores entre 1.000 e 1.800 têm alguma concentração no mercado e valores superior a 1.800 são muito concentrados (Calkins, 1983).

### iii) Alto risco

Em Cabo Verde o principal risco identificado no setor bancário nos testes de *stress* (junho e dezembro de 2011) é o risco de crédito, justificado pela elevada concentração do crédito no setor da construção. No relatório de estabilidade financeira do BCV (2012b), consideram existir grande risco de crédito, o que pode comprometer a solvabilidade e estabilidade das instituições financeiras. O peso do crédito mal parado no crédito total aumentou nos últimos anos, passando de 2,5% em 2008, para 6,8% em 2011, representando assim, um agravamento do risco de crédito (ver a tabela 6).

**Tabela 6: Setor bancário**

Variáveis	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crédito mal parado/crédito total (%)		4,3	2,5	3,9	4,0	6,8
RL do maior banco/RL dos bancos (%)	48,0	48,5	64,0	51,3	54,4	46,9
RL dos 2 maiores bancos/RL dos bancos (%)	83,8	83,7	80,5	77,7	83,8	84,7

Fonte: BCV (2012b) e Relatório e Contas (2006 a 2011) dos bancos: Banco Comercial do Atlântico, Caixa Económica de Cabo Verde, Banco Interatlântico e Banco Cabo-verdiano de Negócios. Significado da sigla: RL - Resultado Líquido.

Esta análise sugere que, em Cabo Verde, o elevado custo de financiamento está associado à intermediação financeira doméstica fraca, que é observada pelo elevado nível de *spread*, que pode ser justificado pela alta taxa da disponibilidade mínima de caixa, sistema bancário doméstico muito concentrado (dominado praticamente por dois bancos) e forte risco de concentração do crédito.

#### 3.3.2 – Baixo retorno da atividade económica

Passamos para o lado esquerdo da árvore de HRV. O fraco investimento privado pode ser explicado por baixo retorno da atividade económica. Muitas empresas podem ter acesso ao financiamento bancário, mas no entanto, desistem do projeto devido ao baixo retorno esperado, que não compensa a taxa de juro do empréstimo. O baixo retorno da atividade económica pode ser explicado pelo *baixo retorno social* ou *fraca apropriação do retorno do investimento*.

##### 3.3.2.1 – Baixo retorno social

Fraco retorno social pode ser justificado por vários fatores, mas no modelo HRV são indicados como principais causas: inadequado capital humano ou infraestruturção deficiente.

###### 3.3.2.1.1 – Capital humano

O capital humano é um fator de produção importante e se não existir em quantidade e qualidade desejada pelas empresas ou se for dispendioso para contratar, conduz ao baixo retorno social. Caso o capital humano seja inadequado, verifica-se que os trabalhadores mais habilitados e com maior educação recebem altos salários e enfrentam taxa de desemprego menor, e há investimento das empresas na capacitação dos trabalhadores (Hausmann et al. 2005).

No ano 2009, em Cabo Verde, cerca de 84,8% da população era alfabetizada, superando a média da região da África Subsariana (62,6%) e de países de rendimento médio (83,2%). Entre os países pequenos Africanos, Cabo Verde é o sétimo com a maior taxa de alfabetização. A expectativa da escolaridade em Cabo Verde passou de 7,8 anos em 1980, para

11,6 anos em 2011, sendo a terceira maior entre os países pequenos Africanos e ultrapassa a média de países da África Subsariana (9,2 anos) e a média dos SIDS (10,8 anos).

No inquérito ICA de 2009, a força de trabalho inadequada é considerada o terceiro maior obstáculo ao negócio em Cabo Verde. No relatório da “*Global Competitiveness Report 2011-2012*” - Schwab (2011), a força de trabalho com educação inadequada é o segundo fator mais problemático para fazer negócios em Cabo Verde. A baixa classificação de Cabo Verde está relacionada, principalmente, com a débil qualidade de gestão escolar, fraca disponibilidade de serviços especializados e reduzido investimento na formação e capacitação dos trabalhadores.

Em Cabo Verde o desemprego está mais acentuado na população com ensino secundário e terciário, ou seja, os trabalhadores com maior nível de educação são mais prováveis de estarem desempregados em relação aos com menor nível.

No relatório da “*Global Competitiveness Report 2011-2012*” - Schwab (2011), Cabo Verde está na 116ª posição entre 142 países, referente à percentagem de empresas que investem na capacitação e desenvolvimento dos empregados. Comparativamente aos outros países pequenos Africanos, Cabo Verde tem a pior classificação, sendo ultrapassado por Gâmbia (31ª), Maurícias (40ª), Lesoto (88ª) e Suazilândia (92ª). No ano 2009, em Cabo Verde, apenas 16,6% das empresas investiram na formação/treino dos seus trabalhadores, que é uma percentagem baixa comparativamente aos outros países pequenos Africanos, como é o caso de Lesoto (42,5%) e Suazilândia (25,6%).

Esta situação do capital humano em Cabo Verde pode levar a duas interpretações: i – o capital humano de facto não causa baixo retorno social em Cabo Verde e as empresas consideram como suficientes as habilitações dos seus empregados e, por isso, não investem na sua capacitação; ou, ii – as empresas consideram o capital humano de baixa qualidade, mas preferem investir em outros fatores que constituem maior obstáculo às suas atividades.

Pelo exposto, o capital humano não parece ser o principal responsável por baixo retorno social em Cabo Verde, porém é possível que alguns setores específicos sofram de escassez de capital humano especializado, e há um desfasamento entre a formação e a necessidade do mercado, pois a taxa de desemprego é muito elevada na classe com ensino superior. Por outro lado, as grandes empresas indicam a falta de recursos humanos de qualidade como um dos principais obstáculos às suas atividades.

### **3.3.2.1.2 – Infraestruturação**

Nos últimos anos o Governo cabo-verdiano investiu fortemente na infraestruturação do país. No período 2000-2010 a maioria dos investimentos realizados foi nas infraestruturas de estradas e portos. O elevado investimento nas infraestruturas em Cabo Verde deve-se, em parte, aos enormes desafios resultantes da geografia do país (Briceño-Garmendia e Benitez, 2011).

#### **Estradas**

Comparativamente aos outros países pequenos Africanos (dados do Banco Mundial para ano 2001) a densidade de estradas (medida por cada 100 km<sup>2</sup> de terra) em Cabo Verde (33 km) é inferior à das Seychelles (100 km), Maurícias (99 km) e Comores (39 km), mas superior ou igual à Guiné Equatorial (10 km), Guiné-Bissau (12 km), Djibuti (14 km),



Suazilândia (21 km), S. Tomé e Príncipe (33 km) e Gâmbia (33 km). No entanto, convém salientar que o Governo realizou grandes investimentos nas estradas nestes últimos anos, pelo que a posição de Cabo Verde já melhorou. No relatório da “*Global Competitiveness Report 2011-2012*” - Schwab (2011), Cabo Verde ocupa a 69ª posição de entre 142 países em termos da qualidade das estradas.

### **Portos e Aeroportos**

Todas as nove ilhas cabo-verdianas dispõem de portos, e três (Porto da Praia, Porto Grande e Porto da Palmeira) recebem tráfego internacional. No relatório da “*Global Competitiveness Report 2011-2012*” - Schwab (2011), a qualidade das infraestruturas portuárias em Cabo Verde está numa posição inferior à média (92ª). No inquérito realizado pela ONUDI (2011) os empresários consideram os transportes marítimos entre as ilhas como grande obstáculo para os negócios.

Em Cabo Verde existem 7 aeroportos, sendo 4 internacionais e 3 para voos domésticos. Entre os países Africanos, Cabo Verde é um dos poucos e entre os países pequenos Africanos é o único certificado pela *Federal Aviation Administration/International Aviation Safety Association* (FAA/IASA), tanto o aeroporto da Ilha de Santiago como o da ilha do Sal.<sup>18</sup> No entanto, segundo Briceño-Garmendia e Benitez (2011), Cabo Verde enfrenta um enorme desafio relacionado com os gastos no transporte aéreo que ascende a 11% do PIB (40% de total de despesas em infraestruturas), onde a rubrica despesas de manutenção e operação absorve a grande maioria destas despesas. No relatório da “*Global Competitiveness Report 2011-2012*” - Schwab (2011), a qualidade das infraestruturas aeroportuárias cabo-verdianas é média (79ª posição).

### **Eletricidade**

Em Cabo Verde, no ano 2005 (dados do Banco Mundial), cerca de 70,7% da população tinha ligação elétrica e o custo de produção era de \$23,34/kwh. Em 2006 os cortes de energia causaram perdas de 8,8% das vendas nas empresas. Os dados da média do grupo de países de rendimento médio em África e da CEDEAO são 22,13% e 14,82% da população com ligação elétrica, \$14,83/kwh e \$21,21/kwh do custo de produção e prejuízos de 1,6% e 6,8% nas vendas das empresas, respetivamente.

Segundo Briceño-Garmendia e Benitez (2011), o elevado custo da eletricidade em Cabo Verde deve-se à ineficiência operacional da empresa ELECTRA, que representa um custo médio anual de 19 milhões de dólares EUA, valor muito elevado comparando com os outros países de rendimento médio.<sup>19</sup> No relatório da “*Global Competitiveness Report 2011-2012*” - Schwab (2011), a qualidade da eletricidade oferecida em Cabo Verde é considerada insuficiente e com interrupções frequentes.

### **Tecnologias de informação e comunicação**

Em Cabo Verde a cobertura da rede móvel, no ano 2006, era de 81% da população. Este valor está próximo da média de países Africanos de rendimento médio (84%) e superior à média de países da África Subsariana (68,7%). No ano 2007, por cada 100 habitantes em Cabo Verde cerca de 8,3 eram utilizadores da Internet. Esta média é superior à de países Africanos de rendimento médio (4,4) e de países da África Subsariana (4,9).

---

<sup>18</sup> A *Federal Aviation Administration/International Aviation Safety Association* faz auditoria sobre o controlo do tráfego aéreo e das operações aeroportuária.

<sup>19</sup> ELECTRA é uma empresa pública de produção e abastecimento de água e eletricidade.

Comparativamente aos outros países pequenos Africanos, Cabo Verde é ultrapassado apenas por Seychelles (37,6) e Maurícias (15,9).<sup>20</sup>

Com isto, podemos dizer que a qualidade das infraestruturas existentes, principalmente, ligadas aos portos e à eletricidade, parece ser uma das causas do baixo retorno social em Cabo Verde. No entanto, as infraestruturas aéreas não parecem ser causadoras do baixo retorno social, pois, os serviços ligados às viagens foram os que mais cresceram nos últimos anos, e caso fossem a causa do baixo retorno social, não haveria este nível de crescimento nestes serviços. No relatório da “*Global Competitiveness Report 2011-2012*” - Schwab (2011) a qualidade das infraestruturas, no geral, em Cabo Verde é considerada baixa e está identificada como o quinto maior obstáculo para fazer negócios.

### **3.3.2.2 – Baixa apropriação do retorno do investimento**

A baixa apropriação é explicada no modelo HRV pelas falhas do governo e falhas do mercado.

#### **3.3.2.2.1 – Falhas do Governo**

As falhas do governo estão divididas em riscos macroeconómicos e riscos microeconómicos.

##### **i) Riscos macroeconómicos:**

###### **Dívida Externa**

No período 1990-2011 a média anual do *stock* da dívida externa em Cabo Verde (47,7% PIB) foi superior à dos PRMB (32,01% PIB), mas inferior aos outros países pequenos Africanos, com exceção das Ilhas Maurícias (22,1% PIB) e Suazilândia (18,4% PBI). Apesar de a dívida pública estar acima do limite de 44% do PIB, segundo os estudos realizado pelos técnicos do FMI, FMI (2012), o Relatório e Contas do BCV (2011) e a nossa análise feita, o serviço da dívida pública cabo-verdiana é sustentável, considerando o nível das exportações e das receitas internas.<sup>21</sup>

###### **Saldo orçamental**

O défice orçamental, excluindo donativos, tem sido elevado em Cabo Verde. No período 2001-2011 a média anual foi de -11,4% do PIB. Durante este período a média anual dos donativos foi 6,4% do PIB e com tendência decrescente. Assistimos ao aumento nas despesas, sendo a maior incidência nas despesas de investimento. Se considerarmos apenas as receitas correntes, estas têm sido suficiente para cobrir as despesas correntes, gerando saldo corrente positivo médio de 2,5% do PIB, no período 2001-2011.

###### **Inflação e taxa de câmbio**

A inflação em Cabo Verde teve comportamento oscilante no período 1990-2011 e a média anual foi 4,1%. Cabo Verde apresenta a menor taxa média anual de inflação nos preços do consumo comparativamente aos outros países pequenos Africanos, aos PRMB, aos países

---

<sup>20</sup> Dados do Banco Mundial – Africa Development Indicators.

<sup>21</sup> O limite da dívida pública de 44% do PIB está definido no estudo realizado pelo World Bank e International Monetary Fund (2012) “Revisiting the Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries”.

da África Subsariana e ao grupo de Países Pequenos. O nível de inflação em Cabo Verde parece não constituir obstáculo aos investimentos. Cabo Verde assinou o acordo de paridade cambial com Portugal em 1998. E, em 1999 alargou para a Zona Euro, com a adesão de Portugal à moeda única. A taxa de câmbio é estável, pelo que não representa obstáculos ao investimento em Cabo Verde.

As variáveis macroeconómicas analisadas, no geral, não parecem constituir barreira ao investimento em Cabo Verde, apesar do elevado défice orçamental e do alto *stock* da dívida externa. Porém, o governo deve ter atenção redobrada sobre estas rúbricas, de modo a evitar o seu aumento e assim transmitir maior estabilidade macroeconómica.

## ii) Riscos microeconómicos:

### **Estabilidade política e governação**

A “instabilidade política” está classificada como o terceiro fator que representa menor barreira aos negócios, no “*Global Competitiveness Report 2011-2012*” - Schwab (2011). A estabilidade política permite reduzir as preocupações dos investidores em relação às futuras mudanças nas políticas económicas e sociais. Cabo Verde goza de um regime político democrático e estável, e que é apresentado em vários encontros internacionais como um exemplo de estabilidade a ser seguido por outros países Africanos. Com isto, podemos dizer que a instabilidade política e a governação não afetam a apropriação dos retornos em Cabo Verde.

### **Ambiente de negócios**

Pelos dados dos relatórios “*Doing Business*”, verificámos que, em 2007, Cabo Verde está numa posição intermédia em relação aos outros países pequenos Africanos (é o sexto melhor classificado), mas distancia bastante dos dois países melhor classificados, Ilhas Maurícias e Suazilândia. Já em 2012, a classificação de Cabo Verde melhorou e passou para o terceiro melhor classificado entre os países pequenos Africanos. Este progresso deve-se às reformas introduzidas em 2009/2010 e 2010/2011, no pagamento de impostos, registo de propriedades, obtenção de créditos, resolução de insolvências e iniciar negócios. Cabo Verde está entre os 10 países a nível mundial com maior progresso na facilidade de fazer negócios em 2009/10 e 2010/2011.<sup>22</sup>

Com estes progressos, é pouco provável que o ambiente de negócios constitua a principal barreira à apropriação dos retornos em Cabo Verde. No entanto, é preciso continuar as reformas de modo a melhorar o ambiente de negócios em Cabo Verde e assim poder concorrer com outros países na atração do IDE.

### **Setor informal**

O setor informal é indicado (principalmente pelas pequenas e médias empresas) no inquérito ICA de 2009 como o principal obstáculo ao negócio em Cabo Verde, devido à concorrência desleal que representa para as empresas formais.

No inquérito realizado ao setor informal, INE (2010a), em 2009 existiam 24.060 Unidades de Produção Informal (UPI) com faturação anual de 180 mil Euros.<sup>23</sup> As UPI são de

<sup>22</sup> Fonte dos dados: Relatórios *Doing Business*, World Bank (2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2012).

<sup>23</sup> As UPI correspondem às unidades de produção que não dispõem de número de contribuinte e/ou de uma contabilidade organizada.

pequena dimensão, das quais 82,9% empregam apenas um trabalhador. Em termos de setores de atividade, 51,6% das UPI dedicam-se ao comércio, 33,9% à indústria e 14,5% aos outros serviços. Os capitais das UPI são financiados em cerca de 92,5% por donativos/poupanças/heranças e apenas 2% pelo crédito bancário.

As UPI constituem o principal emprego para 90% dos proprietários. Porém as UPI representam concorrência desleal para as unidades legalizadas, uma vez que não cumprem as obrigações fiscais e outras formalidades que representam custos, assim os produtos que fornecem são tendencialmente mais baratos. As UPI pela sua natureza constituem ameaças, principalmente para as pequenas e médias empresas.

Posto isto, verificamos que as UPI representam o meio de subsistência de várias famílias cabo-verdianas (que permite aumentar o poder de compra) e têm reduzido a taxa de desemprego. Mas, por outro lado, as unidades legalizadas são afetadas nos seus negócios por esta concorrência desleal. Por isso, é preciso um estudo mais completo para determinar os efeitos das UPI na economia cabo-verdiana e assim avaliar o impacto que têm nas empresas existentes e nas que pretendem entrar no mercado.

### **3.3.2.2.2 – Falhas do mercado: informação (autodescoberta) e coordenação de externalidades**

Segundo Rodrik (2003), mesmo em situações em que políticas do governo favorecem o empreendedorismo, a economia pode manter-se num baixo nível devido à natureza dos mercados. Para Hausmann e Klinger (2007), se um país enfrenta fraco crescimento económico devido à insuficiência de novos produtos exportados, então o indicador da sofisticação dos produtos exportados deve ser baixo para o nível do desenvolvimento do país. Mas, por outro lado, se o país apresenta alto valor dos produtos exportados em relação ao seu nível de rendimento, é difícil alegar que a falta da descoberta de novos produtos tem dificultado o crescimento económico.

Hausmann et al. (2007) propuseram os índices PRODY que define o nível de sofisticação de um produto e EXPY para medir o nível de rendimento/produzitividade correspondente ao padrão de exportações de um país.<sup>24</sup> Os autores encontraram impacto positivo do aumento do valor do EXPY no crescimento económico e este impacto é ainda maior se o país for de rendimento médio. O nível de EXPY cabo-verdiano oscilou entre US\$8.500 e US\$12.300, sem tendência definida, no período 1995-2011.<sup>25</sup> O EXPY em 2009, 2010 e 2011 atinge níveis próximos de 1996 e 1997, o que evidencia falta de ajustamento nas exportações em resultado das mudanças de preços nos produtos (ver a figura 15).

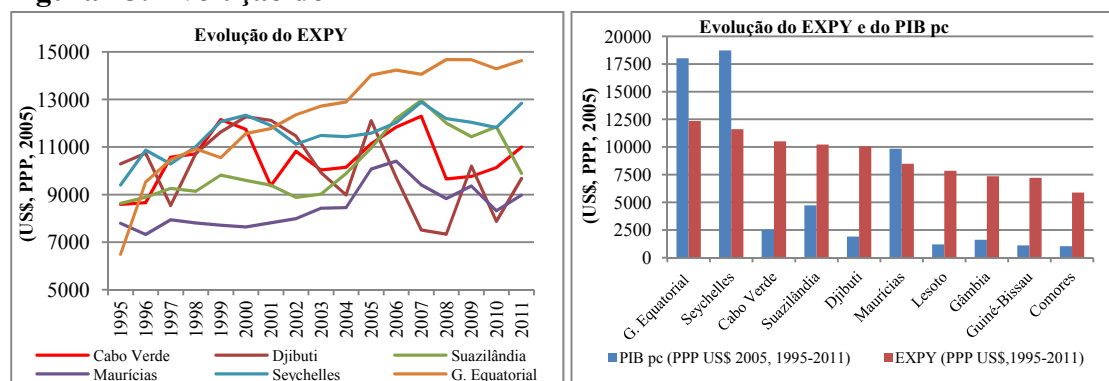
Na figura 15 observamos que Cabo Verde é o quinto país com maior média do PIB *per capita* (PPC), US\$ 2.532, no período 1995-2011, e o terceiro com maior média anual do nível do EXPY (US\$10.508). A média anual do EXPY em Cabo Verde não se distancia muito do nível dos países como Seychelles (US\$11.606) e Guiné Equatorial (US\$12.345) que estão no topo, mas se considerarmos a média anual do PIB *per capita* (US\$ PPC, 2005), a média cabo-verdiana (US\$ 2.532) é bastante inferior à média da Guiné Equatorial (US\$18.729) e Seychelles (US\$18.015). Pelo que, o grau de sofisticação das exportações em Cabo Verde é

<sup>24</sup> Explicações sobre os índices PRODY e EXPY estão no apêndice.

<sup>25</sup> Estes aumentos e reduções foram causados, principalmente pelas oscilações nos produtos: [334] Petróleo ou minerais betuminosos, [034] Peixe fresco (vivo ou morto), refrigerado ou congelado, [641] Papel e cartão e [699] Produtos de metais comuns.

superior ao que se esperava, tendo em conta o nível de desenvolvimento (medido pelo PIB *per capita* PPC) e comparativamente aos outros países pequenos Africanos. Assim, as falhas do mercado não parecem constituir obstáculos ao crescimento.

**Figura 15: Evolução do EXPY**



Fonte: UNCTAD e WDI

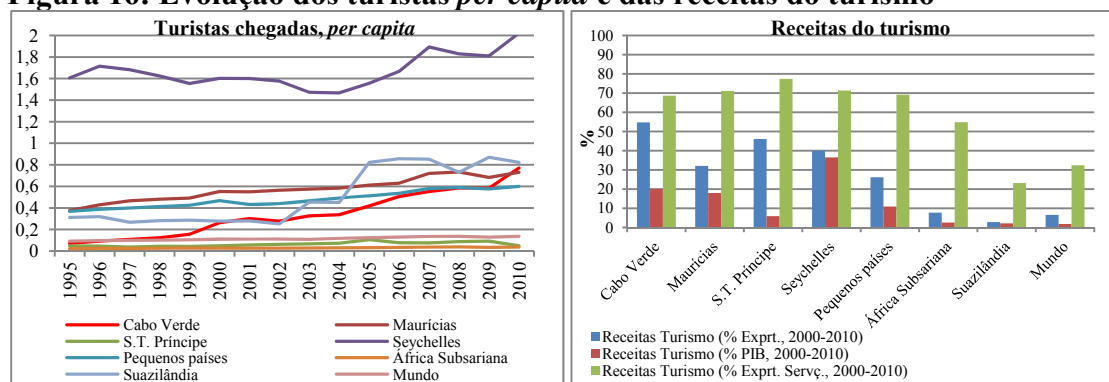
O número de produtos cabo-verdianos exportados (produtos com peso maior ou igual a 0,3% do total das exportações no ano) é bastante concentrado, sendo a base das exportações formada por 6 produtos.<sup>26</sup> Comparativamente aos outros pequenos países Africanos, Cabo Verde é o quinto com maior diversificação de produtos. A forte concentração dos produtos exportados nos peixes deve-se ao facto de ser um dos poucos recursos que Cabo Verde dispõe em abundância. Por outro lado, as condições climáticas não favorecem muito à prática de agricultura, e a escassez de matérias-primas torna difícil a diversificação dos produtos, pois seria preciso importar grande parte da matéria-prima, o que pode inviabilizar economicamente o comércio destes produtos.

Os serviços representam cerca de 80% das exportações cabo-verdianas, pelo que, é fácil concluir que as políticas em Cabo Verde vão no sentido de intensificar as exportações de serviços e não de mercadorias, o que pode justificar, também, a fraca inovação em relação aos produtos exportados. O turismo é a atividade com maior peso e taxa de crescimento no sector dos serviços nos últimos anos. O número de turistas a visitar Cabo Verde tem vindo a crescer todos os anos, e nos últimos 10 anos, a média anual da taxa de crescimento de turistas *per capita* foi de 17%. Cabo Verde é o país com maior taxa entre os pequenos países Africanos. A média cabo-verdiana é superior à média Mundial, à média dos países da África Subariana e à dos países pequenos.

Pela figura 16, constatamos que entre 2000-2010, Cabo Verde foi o país com maior média anual do peso das receitas do turismo nas exportações de bens e serviços (54,7%), o segundo com maior média anual das receitas em percentagem do PIB (20%) e o quinto com maior média anual das receitas em função das exportações de serviços (68,6%), quando comparamos com os outros países pequenos Africanos e com as médias Mundial, África Subariana e de países pequenos.

<sup>26</sup>Os 6 produtos: [034] Peixe fresco (vivo ou morto), refrigerado ou congelado, [036] Crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos, [112] Bebidas alcoólicas, [334] Petróleo ou minerais betuminosos, [841] Vestuário dos homens e tecidos não malha e [851] Calçado. O produto [334] Petróleo ou minerais betuminosos diminuiu consideravelmente o peso nas exportações nos últimos três anos.

**Figura 16: Evolução dos turistas *per capita* e das receitas do turismo**



Fonte: WDI

#### 4 – CONCLUSÃO

O PIB real em Cabo Verde cresceu a uma taxa média anual razoável em comparação com a média dos grupos de países de que faz parte e também com os outros países pequenos Africanos, apesar de alguns constrangimentos ligados às características de Cabo Verde (como: escassez de recursos naturais e insularidade).

Cabo Verde, sendo um país em vias de desenvolvimento, apresenta vários fatores que parecem constituir barreiras ao seu crescimento económico. Não foi possível identificar um fator que seja o maior ou principal obstáculo ao investimento, mas encontramos uma série de barreiras que parecem dificultar os investimentos. Apresentamos as nossas conclusões em relação aos fatores analisados pelo modelo HRV:

a) Intermediação financeira: é fraca, o que tem conduzido a elevado custo e dificuldades no acesso ao financiamento. Isto inviabiliza a sustentabilidade financeira de vários negócios, constituindo assim uma barreira aos investimentos. Esta fraca intermediação é comprovada pela alta taxa do *spread* justificado, principalmente, pelo elevado valor da disponibilidade mínima de caixa exigida aos bancos comerciais, baixo nível de concorrência no setor bancário e alto risco de crédito resultante da forte concentração dos créditos domésticos no setor da construção.

b) Acesso ao financiamento: Cabo Verde é uma economia aberta com grandes influxos de capitais externos (na forma de IDE, ajuda e assistência ao desenvolvimento, remessas e empréstimos) que compensam a reduzida poupança doméstica, pelo que a disponibilidade de capitais não parece constituir obstáculo ao investimento.

c) Capital humano: Cabo Verde apresenta taxa de alfabetização e expectativa de escolaridade satisfatórias, considerando os outros países pequenos Africanos e as médias dos grupos de países dos quais faz parte (África Subsariana e países de rendimento médio). Mas, no inquérito ICA de 2009, a força de trabalho inadequada foi considerada pelas grandes empresas (principalmente no setor imobiliário e financeiro) como o primeiro e pelas médias empresas como o terceiro maior obstáculo no negócio, e a inovação é também fraca em Cabo Verde. Com isto, podemos dizer que o capital humano, no geral, pode ainda não ser a principal barreira ao retorno social, mas a qualidade do capital humano (associado ao ensino terciário) precisa de ser melhorada. Verificamos, ainda, elevada taxa de desemprego nas classes com ensino secundário e terciário, o que deixa transparecer que não há correspondência entre as necessidades do mercado e as áreas de especialização do ensino.

d) Infraestruturas:

i) As estradas e aeroportos existentes parecem não constituir obstáculos ao investimento. No entanto, os portos, a frequência dos serviços de ligações entre ilhas (principalmente a ligação marítima) e os custos associados têm afetado muitas empresas e podem representar desincentivo ao investimento nas outras ilhas.

ii) Eletricidade: os dados apontam para elevado custo de produção e sucessivos cortes, o que tem influência negativa no retorno social e constitui um desincentivo aos investimentos.

iii) Tecnologia de informação e comunicação: Cabo Verde apresenta níveis satisfatórios de cobertura de rede móvel e internet, em comparação com os outros pequenos países Africanos, pelo que este fator não representa barreira ao investimento.

e) Riscos macroeconómicos: apesar do *stock* da dívida externa ser superior ao limite estabelecido, é sustentável; o saldo orçamental global tem sido deficitário, mas as receitas correntes são suficientes para cobrir as despesas correntes; a inflação tem sido baixa; e, existe estabilidade na taxa de câmbio. Os riscos macroeconómicos não parecem representar barreiras ao investimento. Porém, é preciso aumentar o controlo sobre o *stock* da dívida externa e o saldo orçamental de modo a evitar que no futuro próximo influenciem negativamente os investimentos.

f) Riscos microeconómicos: Cabo Verde apresenta índices satisfatórios das variáveis de governação e já foram realizados progressos no ambiente de negócios, pelo que não parece representar a principal barreira aos investimentos. Mas, ainda é preciso melhorar a qualidade de regulação e eficácia do governo, diminuir os custos e o tempo gasto em abrir empresas, baixar os impostos e o tempo a preparar e pagar impostos e reduzir o custo por contentor e o tempo gasto nas trocas comerciais. Estas melhorias no ambiente de negócios podem, também, reduzir o número de unidades de produção informal, que foi indicado no inquérito ICA de 2009, como principal obstáculo aos negócios.

g) Falhas do mercado: não parecem representar obstáculos ao investimento, pois a sofisticação do produto (EXPY) é compatível com o nível do PIB *per capita* cabo-verdiano. A diversificação de produtos exportados é bastante reduzida, no entanto o impacto desta falha não parece afetar profundamente a economia, uma vez que a aposta do Governo tem sido no setor dos serviços, mais concretamente, o turismo.

Assim, de modo a aumentar a competitividade do país e o crescimento económico, além das medidas apontadas, achamos pertinente que o Governo: Incentiva investimentos em outros sectores de atividades de modo a reduzir a concentração dos créditos no ramo da construção; Cria condições para melhoria da qualidade das instituições de modo a reduzir os custos de financiamento bancário; Melhora a qualidade do capital humano no ensino terciária e orienta as formações de acordo com as necessidades do mercado e estratégias de desenvolvimento definidos; Implementa políticas que conduzam a redução do défice orçamental e maior controlo sobre o financiamento externo; Simplifica alguns processos da legalização das empresas de modo a incentivar as UPI a dedicarem à atividades formais; Cria condições para melhor aproveitamento pelos empresários nacionais das oportunidades resultantes do IDE, do ramo turístico e da grande abertura ao comércio externo; Reduza de modo progressivo a dependência de capitais externos (remessas e ajudas) que são incertos e incentiva atividades que levam a obtenção de recursos internos; Proporciona um ambiente de negócios mais competitivo (reduzir os impostos, aumentar a eficácia do governo, reduzir os custos e tempos gasto nas trocas comerciais externas) e melhora a prestação dos bens públicos complementares, principalmente as ligações entre ilhas e a eletricidade; e, Fortaleça a coesão social.

## BIBLIOGRAFIA

African Economic Outlook (2012), Comores – [www.africaneconomicoutlook.org](http://www.africaneconomicoutlook.org)

African Economic Outlook (2012), Gâmbia – [www.africaneconomicoutlook.org](http://www.africaneconomicoutlook.org)

Banco Mundial (1985) “*Cabo Verde: Situação Económica e Perspectivas*”, Volume I, Relatório nº 5446-CV.

BCA (2008) *Relatório e Contas 2007*. Praia: Banco Comercial do Atlântico.

BCA (2010) *Relatório e Contas 2009*. Praia: Banco Comercial do Atlântico.

BCA (2012) *Relatório e Contas 2011*. Praia: Banco Comercial do Atlântico.

BCN (2008) *Relatório e Contas 2007*. Praia: Banco Cabo-verdiano de Negócios.

BCN (2009) *Relatório e Contas 2008*. Praia: Banco Cabo-verdiano de Negócios.

BCN (2011) *Relatório e Contas 2010*. Praia: Banco Cabo-verdiano de Negócios.

BCN (2012) *Relatório e Contas 2011*. Praia: Banco Cabo-verdiano de Negócios.

BCV (1985), “*Relatório de Actividade do ano 1984*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (1999), “*Relatório do Conselho de Administração 1998*”, Banco de Cabo Verde.

BCV (2000), “*Relatório do Conselho de Administração 1999*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (2001), “*Relatório do Conselho de Administração 2000*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (2002), “*Relatório do Conselho de Administração 2001*”, Banco de Cabo Verde.

BCV (2003), “*Relatório do Conselho de Administração 2002*”, Banco de Cabo Verde.

BCV (2004), “*Relatório do Conselho de Administração: Relatório e Contas, Gerência de 2003*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (2005), “*Relatório do Conselho de Administração: Relatório e Contas, Gerência de 2004*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (2006), “*Relatório do Conselho de Administração: Relatório e Contas, Gerência de 2005*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (2007), “*Relatório do Conselho de Administração: Relatório e Contas, Gerência de 2006*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (2008), “*Relatório Anual: Balanço e Contas, Exercício de 2007*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (2009), “*Relatório Anual: Balanço e Contas, Exercício de 2008*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (2010), “*Relatório Anual: Balanço e Contas, Exercício de 2009*”, Banco de Cabo Verde, Praia.

BCV (2011), “*Relatório do Conselho de Administração: Relatório e Contas 2010*”, Banco de Cabo Verde.



- BCV (2012a), “*Boletim de Estatísticas 20 anos*”, Banco de Cabo Verde, Praia.
- BCV (2012b), “*Relatório de Estabilidade Financeira 2011*”, Banco de Cabo Verde, Praia.
- BCV (2012c), “*Relatório do Conselho de Administração: Relatório e Contas 2011*”, Banco de Cabo Verde, Praia.
- BI (2008) *Relatório e Contas 2007*. Praia: Banco Interatlântico.
- BI (2010) *Relatório e Contas 2009*. Praia: Banco Interatlântico.
- BI (2012) *Relatório e Contas 2011*. Praia: Banco Interatlântico.
- Briceño-Garmendia, C.M e Benitez, D.A. (2011) “*Cape Verde’s Infrastructure: A Continental Perspective*”, The World Bank, Africa Region, Sustainable Development Department, WPS nº 5687.
- CECV (2008) *Relatório e Contas 2007*. Praia: Caixa Económica de Cabo Verde.
- CECV (2010) *Relatório e Contas 2009*. Praia: Caixa Económica de Cabo Verde.
- CECV (2012) *Relatório e Contas 2011*. Praia: Caixa Económica de Cabo Verde.
- Estêvão, João (2007) “*A Economia Cabo-verdiana 30 anos Após a Independência: Uma Transição Difícil*”, Separata, Cabo Verde Três Décadas Depois, Ano VIII, Praia.
- FMI (2012) “*Cabo Verde: Relatório do Corpo Técnico, Suplementos, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Pronunciamento do Administrador para Cabo Verde*”, Relatório nº12/29.
- Governo de Cabo Verde (2006), “*Programa do Governo, VII Legislatura 2006-2011*”.
- Governo de Cabo Verde, “*Programa do Governo, VIII Legislatura 2011-2016*”, Publicado no Boletim Oficial nº 16, I Série, 09 de Maio de 2011.
- Hausmann, R. e Klinger, B. (2007) “*Growth Diagnostic: Belize*”, Center for International Development Harvard University.
- Hausmann, R., Hwang, J Rodrik, D. (2007) “*What you export matters*”, *Journal of Economic Growth* 12(1): 1-15.
- Hausmann, R., Klinger, B. e Wagner, R. (2008) “*Doing Growth Diagnostics in Practice: A Mindbook*”, Center for International Development, Harvard University, Working Paper No 177.
- Hausmann, R.; Rodrik, D.; Velasco, A. (2005) *Growth Diagnostics*. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (Manuscript).
- Instituto do Emprego e Formação Profissional República de Cabo Verde (2005) “*Inquérito ao Emprego (ISE, 2005)*”, Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2001) “*Características Económicas da População, Censo 2000*”, Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2010a) “*Inquérito ao Emprego 2009, Considerações sobre a nova abordagem da medição do emprego em cabo verde*”, Praia.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2010b), “*Relatório do Inquérito ao Sector Informal, 2009*”, Praia.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2011) “*Censo 2010, IV Recenseamento Geral População e Habitação*”, Praia.

International Monetary Fund (2012), “*Regional economic outlook: Sub-Saharan Africa, Sustaining Growth amid Global Uncertainty*”, International Monetary Fund, Washington, D.C.

International Monetary Fund e World Bank (2012) “*Revisiting the Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*”, preparado pelo Staffs de IMF e World Bank, aprovado por Tiwari, S e Canuto, O. – <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2012/011212.pdf>

Ministério das Finanças e do Planeamento “*III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1992-1995*”, II Volume, Relatório Sectoriais, Praia.

Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, “*Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005*”, Volume II, Direcção Geral do Planeamento, Praia.

Ministério do Plano e da Cooperação “*II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1986-1990*”, Volume I, Relatório Geral, Praia.

Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e Pessoas Como Nós (PCN), (2006), “*Projecto C-312, Remessas e Emigrantes como Recurso ao Desenvolvimento*”, Relatório do questionário sobre remessas dos emigrantes, Cabo Verde, projeto financiado pela União Europeia através da Iniciativa Conjunta de Migração e Desenvolvimento da Comissão Europeia e as Nações Unidas.

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (2011) “*Rumo a um plano de acção para melhorar o ambiente de negócios em Cabo Verde*”, Estudo sobre a melhoria do ambiente de negócios em Cabo Verde, relatório preparado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres).

Presidência do Conselho (1968) “*III Plano de Fomento 1968-1973 – Cabo Verde*”, Imprensa Nacional de Lisboa.

Presidência do Conselho (1974) “*IV Plano de Fomento 1974-1979 – Cabo Verde*”, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa.

Rodrik, Dani (2003) “*Growth Strategies*,” in Aghion, P., e Durlauf, S. (edt.), *Handbook of Economic Growth*, Amsterdam: North-Holland, forthcoming.

Ronci, M., Castro, E. e Shanghavi, A. (2008) “*Cape Verde: Selected Issues*”, IMF, Country Report nº 08/243.

Secretária de Estado da Cooperação e Planeamento (1983) “*Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, 1982-1985*”, Volume I, Relatório Geral, Praia.

Southern African Development Community (SADC) “*Financial Systems: Structures, Policies and Markets*”, Relatório preparado por Secretariat of the Committee of Central Bank Governors, setembro 2011.

Stephen Calkins, S. (1983), “*The New Merger Guidelines and the Herfindahl-Hirschman Index*”, *California Law Review*, Vol. 71, Nº 2. <http://scholarship.law.berkeley.edu/californialawreview/vol71/iss2/6>.

World Bank (1994), “Poverty in Cape Verde, A Summary Assessment and a Strategy for its Alleviation”, relatório nº 13126-CV. <http://virtualcapeverde.net/news2/docs/capeverde%20poverty.pdf>

World Bank (2005), “*Doing Business in 2005: Removing Obstacles to Growth*”, relatório produzido pelo Staff do Grupo Banco Mundial, World Bank, International Finance Corporation e Oxford University Press.

World Bank (2006), “*Doing Business 2007: How to reform*”, relatório produzido pelo Staff do Grupo Banco Mundial, World Bank e International Finance Corporation.

World Bank (2007), “*Doing Business 2008*”, relatório produzido pelo Staff do Grupo Banco Mundial, World Bank e International Finance Corporation.

World Bank (2008), “*Doing Business 2009*”, relatório produzido pelo Staff do Grupo Banco Mundial, World Bank e International Finance Corporation.

World Bank (2009), “*Doing Business 2010: Reforming Through Difficult Times*”, relatório produzido pelo Staff do Grupo Banco Mundial, World Bank, International Finance Corporation e Palgrave MacMillan.

World Bank (2010), “*Doing Business 2011: Making a Difference for Entrepreneurs*”, relatório produzido pelo Staff do Grupo Banco Mundial, World Bank e International Finance Corporation.

World Bank (2012), “*Doing Business in a more transparent world*”, relatório produzido pelo Staff do Grupo Banco Mundial, World Bank e International Finance Corporation.

World Economic Forum (2010), “*The Global Competitiveness Report 2010-2011*”, Editado por Professor Klaus Schwab, World Economic Forum, Geneva.

World Economic Forum (2011), “*The Global Competitiveness Report 2011-2012*”, Editado por Professor Klaus Schwab, World Economic Forum, Geneva.

## **Base de Dados**

Banco de Cabo Verde: <http://www.bcv.cv/>

Banco Mundial: <http://databank.worldbank.org/>

Banco Mundial: ICA - <http://www.enterprisesurveys.org>

Contas Gerais do Estado de Cabo Verde de 1999-2010.

Fundo Monetário Internacional: <http://www.imf.org/>

Instituto Nacional de Estatística, Cabo Verde: <http://www.ine.cv/>

Nações Unidas: <http://unstats.un.org/>

United Nations Commodity Trade Statistics Database: <http://comtrade.un.org/db/default.aspx>

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTADstat): <http://unctadstat.unctad.org>

United Nations Service Trade Statistics Database: <http://unstats.un.org/unsd/servicetrade/default.aspx>

## **Apêndice I – Caracterização geográfica e populacional e evolução política em Cabo**

### **Verde**

Cabo Verde foi colónia Portuguesa desde a sua descoberta, em 1460, até a independência, em 1975. Cabo Verde está situado no Oceano Atlântico, a cerca de 500 km da costa ocidental Africana. É um arquipélago constituído por 10 ilhas, sendo 9 habitadas, e vários ilhéus desabitados, totalizando uma área de 4.033 km<sup>2</sup> e com zona económica exclusiva de aproximadamente 700.000 km<sup>2</sup>. Apenas 10% da área é adequada à prática da agricultura.

De acordo com o censo de 2010, Cabo Verde tinha cerca de meio milhão de habitantes, sendo 50,5% do sexo feminino, 31,6% com idade compreendida entre 0-14 anos, 38,8% com idade compreendida entre 15-34 anos e à volta de 62% vivia na área urbana. A ilha de Santiago é a mais populosa com cerca 55,7% da população, seguida de São Vicente com 15,5% e Santo Antão com 8,9%, e a capital do país (Cidade da Praia) concentra 26,9% da população. Nos últimos 10 anos, 2001-2011, a média anual do crescimento da população foi de 1,2% e a esperança de vida de 71,7 anos.

Cabo Verde tornou-se independente de Portugal em 1975. E, de 1975 a 1990, ano da abertura política, Cabo Verde foi governado pelo PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), sob o regime político de partido único e com base em políticas de centralização do poder e das principais atividades económicas no Estado. Durante este período o Governo elaborou dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND – 1982-1985 e II PND – 1986-1990).

No I PND (1982-1985) o Governo estabeleceu como prioridade a eliminação das sequelas do colonialismo e de todas as formas de comportamento incompatíveis com o progresso económico e cultural. Assim, o Governo empenhou-se na formação de recursos humanos, aumento da coesão social, restauração do equilíbrio das contas externas, criação de condições de integração económica internacional, instalação de empresas públicas e mistas e desenvolvimento de atividades privadas em regimes de cooperativas. No decorrer do I PND o país enfrentou fortes constrangimentos internos e evoluções externas desfavoráveis (como: fraca participação do sector privado e das cooperativas e aumento da dívida externa) que dificultaram o alcance de alguns objetivos programados. Segundo Estêvão (2007) o governo do PAICV seguiu políticas de desenvolvimento centradas na industrialização do país para substituir as importações, e não foi bem-sucedida devido aos constrangimentos ligados ao micro dimensão do mercado cabo-verdiano.

No II PND (1986-1990) destacam-se três grandes reformas em Cabo Verde para modernizar a economia e a sociedade e incentivar o crescimento: reforma da administração pública para aproximar o Estado da sociedade; reforma agrária com intuito de aumentar a participação popular no desenvolvimento socioeconómico e a diversificação da produção e a sua comercialização; e, reforma na educação com o objetivo de alargar o ensino à população e aumentar o nível de escolaridade. O turismo é identificado como um dos setores prioritários para dinamizar o crescimento económico de Cabo Verde.

No período 1991-2000 Cabo Verde é Governado pelo MPD (Movimento Para Democracia), que segue políticas mais liberais. Assim, assistimos maior abertura ao exterior e liberalização da economia, incentivos ao aumento da participação privada (doméstica e estrangeira) nas atividades económicas em detrimento da participação pública, passando o Estado a focar na gestão das tarefas macroeconómicas. Ocorre, também, privatização de algumas empresas públicas, de modo a aumentar a concorrência e fomentar o desenvolvimento empresarial.

A partir de 2001 o PAICV volta a governar o país e segue políticas de integração de Cabo Verde no mercado mundial, pela via do desenvolvimento dos serviços internacionais (como o turismo numa primeira fase, seguido da aposta na indústria ligeira de pescados) e afirmação da cultura

nacional.<sup>27</sup> O sector privado continua como motor do desenvolvimento e há forte aposta do Governo no sector terciário (como: turismo, transportes, TIC, telecomunicações e serviços financeiros)

O Governo define no programa da VIII legislatura (2011-2016) como principal objetivo a construção de uma economia dinâmica e inovadora, com prosperidade para toda sociedade.<sup>28</sup> Para isso, elege como setores-chave o turismo de elevado valor acrescentado, as finanças e a indústria criativa e cultural. O Governo aposta, também, no desenvolvimento dos *clusters* do mar (serviços de pesca, aquacultura marinha, transportes marítimos e nos serviços do conhecimento, como a pesquisa oceanográfica), do céu (transportes aéreos, zona franca, serviços aéreos e de manutenção) e das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) (terciarização dos processos do negócio, *call centers*, centros de dados e parques tecnológicos).

## Apêndice II – Cálculo do PRODY e EXPY

Hausmann et al. (2007) propuseram o índice PRODY para calcular a sofisticação dos produtos exportados e o índice EXPY para determinar o nível de sofisticação das exportações de um país.

O PRODY é o nível de rendimento associado a um determinado produto, determinado a partir da média ponderada PIB *per capita* dos países exportadores do produto. Considerando o país “i” e o produto “g”, o total das exportações do país “i”:

$$X_i = \sum_g x_{ig}$$

Definindo o PIB *per capita* do país “i” por “Y<sub>i</sub>”, o nível de produtividade associado ao produto “k”, PRODY<sub>k</sub> é dado por:

$$PRODY_k = \sum_i \frac{(x_{ik}/X_i)}{\sum_i (x_{ik}/X_i)} Y_i$$

$x_{ik}/X_i$  – O valor no numerador corresponde ao peso de um produto no total das exportações do país.

$\sum_i (x_{ik}/X_i)$  – O valor no denominador corresponde ao valor agregado do peso do produto no total das exportações para todos os países que exportam o produto.

O nível de produtividade associado as exportações do país “i”, EXPY<sub>i</sub>, é definido por:

$$EXPY_i = \sum_g \left( \frac{x_{ig}}{X_i} \right) PRODY_g$$

<sup>27</sup> A inserção de Cabo Verde no mercado global traduz-se em vários acordos conseguidos, como acesso preferencial ao mercado Europeu e Americano, aprofundamento das relações com CEDEAO e adesão à Organização Mundial do Comércio.

<sup>28</sup> Fonte: Governo de Cabo Verde (2011) “Programa do Governo, VIII Legislatura 2011-2016”, *Boletim Oficial* n.º 16, I Série, 09 de Maio de 2011.